Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano CII • Nº 112 | Poder Legislativo | Recife, quinta-feira, 3 de julho de 2025

Atos

ATO Nº 506/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido nos Alepe Trâmites nºs 000595/2025 e 007838/2025, **do Gabinete do Deputado France Hacker**,
RESOLVE: exonerar PETRONIO JOSE DOS SANTOS do cargo em comissão ASSESSOR ESPECIAL ADJUNTO - PL-ASCA daquele Gabinete Parlamentar, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de Julho de 2025, nos termos da Lei nº 10.568/91, com as alterações que lhe foram dadas pelas Leis nºs 11.614/98, 11.758/00, 12.347/03, 15.571/15, 17.541/21, 18.150, de 25 de abril de 2023 e 18.355, de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 30 de Junho de 2025

Deputado Álvaro Porto
Presidente

(REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

ATO Nº 514/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000618/2025, **do Gabinete do Deputado Álvaro Porto**,
RESOLVE: exonerar AILMA COSTA DOS SANTOS do cargo em comissão ASSESSOR ESPECIAL – PL-ASC daquele Gabinete Parlamentar, nomeando para o referido cargo, **RAPHAEL BASILIO PEREIRA SOLIER**, a partir do dia 02 de Julho de 2025, nos termos da Lei nº 10.568/91, com as alterações que lhe foram dadas pelas Leis nºs 11.614/98, 11.758/00, 12.347/03, 15.571/15, 17.541/21, 18.150, de 25 de abril de 2023 e 18.355, de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 02 de Julho de 2025

Deputado Álvaro Porto
Presidente

ATO Nº 515/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000619/2025, **do Gabinete do Deputado Álvaro Porto**,
RESOLVE: exonerar MONICA MARIA SOARES CARVALHO do cargo em comissão ASSESSOR ESPECIAL - PL-ASC daquele Gabinete Parlamentar, nomeando para o referido cargo, **ALEXANDRE DE GOES FERRAZ**, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 85.0%, a partir do dia 02 de Julho de 2025, nos termos da Lei nº 10.568/91, com as alterações que lhe foram dadas pelas Leis nºs 11.614/98, 11.758/00, 12.347/03, 15.571/15, 17.541/21, 18.150, de 25 de abril de 2023 e 18.355, de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 02 de Julho de 2025

Deputado Álvaro Porto
Presidente

ATO Nº. 516/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno,
RESOLVE: exonerar **CLEBER BARRETO DA SILVA,** do cargo em comissão de Assessor da 1ª Secretaria, Símbolo PL-ASC-1, nomeando para o referido cargo, **JOANA D'ARC DA SILVA** nos termos da Lei nº 11.641/99, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 13.245/07, 15.161/13 e 15.985/17 e, 18.355 do dia 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 02 de julho de 2025.

Deputado **ÁLVARO PORTO**
Presidente

ATO Nº 517/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000620/2025, **do Gabinete do Deputado Luciano Duque**,
RESOLVE: exonerar NAIA THAMYLLE FREIRE DE AQUINO BEZERRA do cargo em comissão ASSESSOR ESPECIAL - PL-ASC daquele Gabinete Parlamentar, a partir do dia 02 de Julho de 2025, nos termos da Lei nº 10.568/91, com as alterações que lhe foram dadas pelas Leis nºs 11.614/98, 11.758/00, 12.347/03, 15.571/15, 17.541/21, 18.150, de 25 de abril de 2023 e 18.355, de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 02 de Julho de 2025

Deputado Álvaro Porto
Presidente

ATO Nº 518/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000621/2025, **do Gabinete do Deputado Luciano Duque**,
RESOLVE: nomear RAI VINICIUS MENDES DA SILVA SANTOS, para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR ESPECIAL - PL-ASC daquele Gabinete Parlamentar, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 69.0%, nos termos da Lei nº 10.568/91, com as alterações que lhe foram dadas pelas Leis nºs 11.614/98, 11.758/00, 12.347/03, 15.571/15,17.541/21 e 18.150/2023 e 18.355 de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 02 de Julho de 2025

Deputado Álvaro Porto
Presidente

ATO Nº 519/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do art. 33, c/c § 2º do art. 34, c/c art. 37, todos do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 78/2025, do Deputado Claudiano Martins Filho.
RESOLVE: Considerar licenciado em caráter cultural o Deputado Claudiano Martins Filho, no período de 2 de 16 de julho de 2025.

Sala Torres Galvão, em 02 de julho de 2025.

ÁLVARO PORTO
Presidente

Ofício

Oficio n° 78/2025

Recife, 01 de julho de 2025.

Exmo. Sr.
Álvaro Porto
Presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco
Nesta

Exmo. Sr. Presidente:

Venho através deste, comunicar que estarei em viagem a Portugal no período de 2 a 16 de julho do corrente ano, em missão cultural.

Sem mais para o momento agradeço a atenção dispensada e coloco-me a disposição.

Atenciosamente,

Claudiano Martins Filho
Deputado Estadual

Relatórios do 1º semestre das Comissões permanentes

RELATÓRIOS 1º SEMESTRE - 2025 DAS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

DEPUTADO ANTONIO MORAES - PRESIDENTE
DEPUTADO EDSON VIEIRA - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:DEPUTADO ANTONIO MORAES
DEPUTADA DÉBORA ALMEIDA

DEPUTADO DIOGO MORAES
DEPUTADO JOÃO PAULO
DEPUTADO SILENO GUEDES
DEPUTADO WALDEMAR BORGES
DEPUTADO WANDERSON FLORÊNCIO

SUPLENTES:DEPUTADO CAYO ALBINO
DEPUTADA DELEGADA GLEIDE ÂNGELO
DEPUTADO FABRIZIO FERRAZ
DEPUTADO HENRIQUE QUEIROZ FILHO
DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO
DEPUTADO JOAQUIM LIRA
DEPUTADO JUNIOR MATUTO
DEPUTADO RENATO ANTUNES
DEPUTADO ROMERO ALBUQUERQUE

RESUMO GERAL DO QUANTITATIVO DOS PROJETOS

1. QUANTITATIVO NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2025

ANO	PROJETOS DISTRIBUÍDOS	PROJETOS VOTADOS	PROJETOS APROVADOS	PROJETOS REJEITADOS	REUNIÕES REALIZADAS	AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
2025	568	345	298	47	17	3

2. PROJETOS POR AUTOR NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2025

DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS DISTRIBUÍDOS POR AUTOR (DURANTE O 1º SEMESTRE DE 2025)

DEPUTADOS	537
PODER EXECUTIVO	16
TJPE	9
TCE	2
MINISTÉRIO PÚBLICO	3
DEFENSORIA PÚBLICA	1
Total	568

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS NO 1º SEMESTRE DE 2025

1. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

I. Tema: Discussão dos Projetos de Lei nº 57/2023, 73/2023, 215/2023, 438/2023, 454/202, 1335/2023, 789/2023, 911/2023, 1237/2023, de autoria dos Deputados Romero Sales Filho, Delegada Gleide Ângelo, William Brigido, Antônio Coelho, Henrique Queiroz Filho, Socorro Pimentel, Socorro Pimentel, Luciano Duque, Sileno Guedes, Joaquim Lira, João Paulo Costa, Romero Albuquerque.
- Relacionados a Shopping Centers, Hipermercados, Supermercados e Mercados.
Audiência Pública Conjunta da CCLJ e CDET
Data: 08.04. 2025

II. Tema 1: Discussão dos Projetos de Lei nº 313/23, 345/23, 664/23, 640/23, 897/23, 898/23, 1068/23 e 2414/24 de autoria dos Deputados Abimael Santos, Jeferson Timóteo, Doriel Barros, Romero Albuquerque, Gustavo Gouveia, Eriberto Filho e Waldemar Borges.
- Impacto na arrecadação da Secretaria da Fazenda, impactos na redução e/ou isenção de IPVA e de modificação de alíquotas do ICMS.

Tema 2: Apuração de Possíveis Descontos Indevidos nas Folhas de Pagamento dos Aposentados e Pensionistas do Estado.
Data 05.05.2025

III. Tema: Discutir os Projetos de Lei nº 1319/23, 2508/25, 2510/25, 2514/25 e 2539/25 de autoria dos Deputados William Brigido, Coronel Alberto Feitosa, Joel da Harpa e Kaio Maniçoba.
- Dispõem sobre medidas de segurança de combate a violência em eventos esportivos no âmbito do Estado de Pernambuco.
Audiência Pública Conjunta da CCLJ e CSPDS
Data 27.05.2025

PROJETOS RELEVANTES NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2025

1. PROJETOS DO GOVERNO DO ESTADO

. Projeto de Lei Ordinária nº 2634/2025 - Governadora do Estado
Ementa: Autoriza a concessão de subvenção social em favor da Associação Casa do Estudante de Pernambuco.

. **Projeto de Lei Complementar nº 2831/2025 - Governadora do Estado Ementa:** Altera a Lei nº 9.807, de 24 de janeiro de 1986, que dispõe sobre a aposentadoria do funcionário policial civil, e a Lei nº 13.487, de 1° de julho de 2008, que cria as gratificações que indica, no âmbito da Secretaria de Defesa Social).

. **Projeto de Lei Complementar nº 2968/2025 - Governadora do Estado de Ementa:** Promove o reajuste do valor do piso salarial do professor da rede pública estadual de ensino, define o início do processo anual da avaliação do desempenho e altera a legislação que indica.

. PROJETOS DOS DEPUTADOS

. Projeto de Lei Ordinária nº 213/2023 - Deputado João Paulo Costa
Ementa: Altera a Lei nº 14.452, de 25 de outubro de 2011, que institui a entrada gratuita para os menores de (7) sete anos de idade nos eventos esportivos organizados por entidades públicas ou privadas, com patrocínio, incentivo ou fomento pelo poder público no Estado de Pernambuco, e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Daniel Coelho, a fim de aperfeiçoar dispositivos desta Lei.

. Projeto de Lei Ordinária nº 639/2023 - Deputado Romero Albuquerque
Ementa: Determina a isenção do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) de absorventes íntimos, coletores e discos menstruais no estado de Pernambuco.

Tramitação conjunta: **767/2023, 809/2023, 2014/2024 e 2017/2024**
. Projeto de Lei Ordinária nº 767/2023 - Deputado Jarbas Filho
Ementa: Altera a Lei nº 7.550, de 20 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a Taxa de Fiscalização e Utilização de Serviços Públicos do Estado de Pernambuco, a fim de instituir hipóteses de isenção parcial da taxa de Renovação da CNH, e dá outras providências.

. Projeto de Lei Ordinária nº 809/2023 - Deputado Adalto Santos
Ementa: Altera a Lei nº 7.550, de 20 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a Taxa de Fiscalização e Utilização de Serviços Públicos do Estado de Pernambuco, a fim de criar nova hipótese de isenção para Renovação da Carteira Nacional de Habilitação.

. Projeto de Lei Ordinária nº 2014/2024 - Deputada Dani Portela
Ementa: Altera a Lei nº 7.550, de 20 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a Taxa de Fiscalização e Utilização de Serviços Públicos do Estado de Pernambuco; e a Lei nº 16.583, de 10 de junho de 2019, que assegura, no âmbito do Estado de Pernambuco, a prioridade de atendimento para emissão de Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho (CTPS) e Carteira de Estudante às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Alessandra Vieira, a fim de instituir a gratuidade na emissão da 2ª via da carteira de identidade para as mulheres vítimas de violência patrimonial.

. Projeto de Lei Ordinária nº 2017/2024 - Deputado Eriberto Filho
Ementa: Altera a Lei nº 7.550, de 20 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a taxa de fiscalização e utilização de serviços públicos do Estado de Pernambuco, para tornar isenta a expedição da 2ª via da carteira de identidade de integrantes de comunidades ribeirinhas e indígenas.

. Projeto de Lei Ordinária nº 1400/2023 - Deputado Jeferson Timóteo Ementa: Cria o Programa Estadual de Distribuição de Protetor Solar destinado à população de baixa renda no Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

. Projeto de Lei Ordinária nº 2270/2024 – Deputada Socorro Pimentel Ementa: Proíbe a realização de atividades de recepção de novos estudantes em instituições de ensino superior que envolvam constrangimento que atente contra a integridade física, moral ou psicológica dos alunos, no âmbito do Estado de Pernambuco.

. Projeto de Lei Ordinária nº 2288/2024 - Deputada Delegada Gleide Ângelo
Ementa: Altera a Lei nº 17.233, de 29 de abril de 2021, que institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente com Câncer, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Alessandra Vieira, a fim de dispor sobre a reintegração educacional de crianças e adolescentes que superaram o câncer.

. Projeto de Lei Ordinária nº 40/2023 - Deputado Romero Sales Filho
Ementa: Torna obrigatória a gravação em áudio e vídeo de todos os processos licitatórios realizados pela Administração Pública, direta e indireta, no Estado de Pernambuco.

. Projeto de Lei Ordinária nº 63/2023 - Deputado Romero Sales Filho
Ementa: Autoriza o Poder Executivo a instituir a Política Estadual de Mobilidade Metropolitana.

. Projeto de Lei Ordinária nº 337/2023 - Deputado Gilmar Junior
Ementa: Obriga os hospitais, maternidades e demais unidades públicas e privadas de saúde, realizarem o exame Ecocardiograma Pediátrico nos recém-nascidos com síndrome de Down e dá outras providências.

. Projeto de Lei Ordinária nº 410/2023 - Deputado Romero Albuquerque Ementa: Obriga o governo estadual a divulgar informações sobre o direito à indenização por danos causados aos veículos de proprietários em decorrência de falta de manutenção das rodovias, no âmbito do Estado de Pernambuco.

. Projeto de Lei Ordinária nº 823/2023 - Deputado Eriberto Filho
Ementa: Institui o Programa de Brigadas de Incêndio e Primeiros Socorros nas escolas do Estado de Pernambuco e dá outras providências.

. Projeto de Lei Ordinária nº 1645/2024 - Deputada Rosa Amorim
Ementa: Estabelece diretrizes para a capacitação de profissionais da segurança pública em relação à violência contra a mulher no ambiente virtual no estado do Pernambuco.

. Projeto de Lei Ordinária nº 2085/2024 - Deputado Doriel Barros
Ementa: Institui a Política Estadual de Incentivo à Implementação de Telhados Verdes no Estado de Pernambuco

. Projeto de Lei Ordinária nº 09/2023 - Deputado João Paulo Costa
Ementa: Dispõe sobre a transparência na distribuição de medicamentos pela rede estadual de saúde.

. Projeto de Lei Ordinária nº 29/2023 - Deputado João Paulo Costa
Ementa: Ficam obrigados, os estabelecimentos de saúde, farmácias e laboratórios, públicos e privados, no âmbito do Estado de Pernambuco, a apresentar ao paciente ou seu responsável legal, antes e após os procedimentos realizados, os materiais utilizados no processo de vacinação e aplicação de medicações injetáveis.

. Projeto de Lei Ordinária nº 269/2023 - Deputado Romero Sales Filho Ementa: Altera a Lei nº 12.928, de 30 de novembro de 2005, que institui o Sistema de Comunicação e Cadastro de Pessoas Desaparecidas, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Sérgio Leite, a fim de determinar a divulgação de imagens de pessoas desaparecidas em espetáculos artísticos, culturais e desportivos, no âmbito do Estado de Pernambuco, antes da exibição de cada espetáculo.

. Projeto de Lei Ordinária nº 281/2023 - Deputado Romero Sales Filho
Ementa: Estabelece diretrizes de divulgação e transparência nas obras públicas de qualquer natureza que tenham recursos do Administração Direta ou Indireta do Estado de Pernambuco.

PODER LEGISLATIVO

Mesa Diretora

Presidente, Deputado Álvaro Porto
1º Vice-Presidente, Deputado Rodrigo Farias
2º Vice-Presidente, Deputado Aglailson Victor
1º Secretário, Deputado Francismar Pontes
2º Secretário, Deputado Claudiano Martins Filho
3º Secretário, Deputado Romero Sales Filho
4º Secretário, Deputado Izaías Régis
1° Suplente, Deputado Doriel Barros
2° Suplente, Deputado Henrique Queiroz Filho
3° Suplente, Deputado Romero Albuquerque
4° Suplente, Deputado Fabrizio Ferraz
5° Suplente, Deputado William Brigido
6° Suplente, Deputado Joaozinho Tenório
7ª Suplente, Deputada Socorro Pimentel

Estrutura Administrativa

Superintendente-Geral - Aldemar Silva dos Santos
Procurador-Geral - Hélio Lúcio Dantas Da Silva
Secretário-Geral da Mesa Diretora - Mauricio Moura Maranhão da Fonte
Consultor-Geral - Marcelo Cabral e Silva
Ouvidor-Geral - Deputado Pastor Cleiton Collins
Ouvidor-Executivo - Douglas Stravos Diniz Moreno
Superintendente Administrativo - Roberto Vanderlei de Andrade
Auditora-Chefe - Maria Gorete Pessoa de Melo
Superintendente de Planejamento e Gestão - Edécio Rodrigues de Lima
Coordenador-chefe Militar e de Segurança Legislativa - Coronel Ely Jobson Bezerra de Melo
Superintendente de Gestão de Pessoas - Bruno da Silva Araujo Pereira
Superintendente de Comunicação Social - Arthur Henrique Borba da Cunha
Superintendente de Tecnologia da Informação - Braulio Jose de Lira Clemente Torres
Chefe do Cerimonial - Francklin Bezerra Santos
Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional - Wildy Ferreira Xavier
Superintendente da Escola do Legislativo - Alberes Haniery Patricio Lopes
Superintendente Parlamentar - Álvaro Figueiredo Maia de Mendonça Júnior
Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo - Jose Airton Paes dos Santos
Delegado-Geral da Superintendência de Inteligência Legislativa - Ariosto Esteves

Coordenação de Publicação Legislativa e Administrativa:

SECRETARIA GERAL DA MESA DIRETORA
(Lei nº 15.161/2013, inciso V do § 6º do art. 4º)

Secretário-Geral da Mesa Diretora
Maurício Moura Maranhão da Fonte

Chefe do Departamento de Serviços Técnicos-Legislativos
Fábio Vinícius Ferreira Moreira

Assistentes técnicos
Alécio Nicolak e Anderson Galvão

. Projeto de Lei Ordinária nº 992/2023 - Deputado Mário Ricardo
Ementa: Cria o Programa Escola Sorridente, destinado à distribuição de kits de higiene bucal aos alunos da rede pública estadual de ensino do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

. Projeto de Lei Ordinária nº 2248/2024 - Deputado Renato Antunes Ementa: Dispõe sobre o "Projeto Profissão Jovem" na Rede Estadual de Ensino de Pernambuco.

. Projeto de Lei Ordinária nº 1274/2023 - Deputado Henrique Queiroz Filho
Ementa: Determina a criação ou adaptação de uma sala reservada para atender crianças e adolescentes vítimas de violência em todos os Institutos Médico Legais IMLs do Estado de Pernambuco.

. Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 3264/2022 - Deputado Antônio Coelho
Ementa: Institui a Política Estadual de Acompanhamento Integral de Estudantes com Dislexia, Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), altas habilidades ou outros transtornos de aprendizagem, e dá outras providências.

. Projeto de Lei Ordinária nº 2440/2024 - Deputado Mário Ricardo
Ementa: Dispõe sobre a criação da Rota Turística do Litoral Norte de Pernambuco e dá outras providências.

. Projeto de Lei Ordinária nº 2523/2025 - Deputado João de Nadegi
Ementa: Institui a obrigatoriedade de Avaliação periódica da infraestrutura das escolas públicas de educação básica do Estado de Pernambuco.

. Projeto de Lei Ordinária nº 946/2023 - Deputado Romero Sales Filho
Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de estabelecer a obrigatoriedade de que os estabelecimentos alimentícios, no Estado de Pernambuco, informem aos consumidores sobre os ingredientes utilizados no preparo dos alimentos.

Tramitação conjunta: **946/2023, 1755/2024, 2349/2024 e 2354/2024**
. Projeto de Lei Ordinária nº 946/2023 - Deputado Romero Sales Filho
Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de estabelecer a obrigatoriedade de que os estabelecimentos alimentícios, no Estado de Pernambuco, informem aos consumidores sobre os ingredientes utilizados no preparo dos alimentos.

. Projeto de Lei Ordinária nº 1755/2024 - Deputada Socorro Pimentel
Ementa: Altera a Lei nº 15.498, de 14 de maio de 2015, que obriga os estabelecimentos comerciais que especifica, indicarem nos cardápios os alimentos que contêm alta concentração de sódio, e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins, a fim de incluir a necessidade de indicação da presença de glúten, lactose, leite, peixe, oleaginosas, corantes, soja, ovo e crustáceos nos alimentos comercializados.

. Projeto de Lei Ordinária nº 2349/2024 - Deputado Jeferson Timóteo
Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de impor a obrigatoriedade de bares, lanchonetes, restaurantes e congêneres, informar aos consumidores em cardápio físico ou digital, alimentos que possuem lactose, glúten, frutos do mar dentre outros que causam alergias ou intolerâncias alimentares, na forma que específica e dá outras providências.

. Projeto de Lei Ordinária nº 2354/2024 - Deputado William Brigido
Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de obrigar por parte dos bares, lanchonetes, restaurantes e congêneres informar nos cardápios físicos e/ou digitais, a existência de alimentos que contenham lactose, glúten, frutos do mar e castanhas.

. Projeto de Lei Ordinária nº 2189/2024 - Deputada Socorro Pimentel
Ementa: Altera a Lei nº 18.544, de 6 de maio de 2024, que dispõe sobre a prioridade de tramitação dos procedimentos administrativos que visem à investigação e apuração de crimes com resultado morte praticados contra crianças e adolescentes no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Eriberto Filho, a fim de estender a prioridade de tramitação para os procedimentos de investigação relativos a crimes praticados contra mulheres.

Tramitação conjunta: **2189/2024 e 2447/2024**

. Projeto de Lei Ordinária nº 2189/2024 - Deputada Socorro Pimentel Ementa: Altera a Lei nº 18.544, de 6 de maio de 2024, que dispõe sobre a prioridade de tramitação dos procedimentos administrativos que visem à investigação e apuração de crimes com resultado morte praticados contra crianças e adolescentes no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Eriberto Filho, a fim de estender a prioridade de tramitação para os procedimentos de investigação relativos a crimes praticados contra mulheres.

. Projeto de Lei Ordinária nº 2447/2024 - Deputado Fabrizio Ferraz
Ementa: Altera a Lei n° 18.544, de 6 de maio de 2024, que dispõe sobre a prioridade de tramitação dos procedimentos administrativos que visem à investigação e apuração de crimes com resultado morte praticados contra crianças e adolescentes no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Eriberto Filho, a fim de ampliar o rol de aplicação.

. Projeto de Lei Ordinária nº 2330/2024 - Deputado Joaquim Lira
Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de vedar a prática de envio de boleto de proposta decorrente de oferta de produto ou serviço sem a solicitação e autorização prévia do consumido.

. Projeto de Lei Ordinária nº 2529/2025 - Deputada Delegada Gleide Ângelo
Ementa: Institui a Política Estadual de Terapia Assistida por Animais para Pessoas Idosas, no âmbito do Estado de Pernambuco.

. Projeto de Lei Ordinária nº 2793/2025 - Deputado Rodrigo Farias e Renato Antunes
Ementa: Altera a Lei nº 14.512, de 7 de dezembro de 2011, que cria o Projeto GANHE O MUNDO, que visa ofertar programas de intercâmbio internacional aos alunos do ensino médio da rede pública estadual, define critérios para seleção dos estudantes nos programas e cria a bolsa-intercâmbio, a fim de autorizar, em caráter excepcional, embarque de estudantes na situação em que especifica.

. Projeto de Lei Ordinária nº 180/2023 - Deputado Coronel Alberto Feitosa
Ementa: Dispõe sobre a proibição de retenção de macas das ambulâncias do SAMU, do e de outras unidades móveis pré-hospitalares de atendimento de urgência de natureza pública ou privada, e dá outras providências.

. Projeto de Lei Ordinária nº 2414/2024 - Deputado Waldemar Borges
Ementa: Altera a Lei nº 10.849, de 28 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, a fim de incluir a deficiência auditiva entre as hipóteses de isenção.

. Projeto de Lei Ordinária nº 2768/2025 - Deputado Álvaro Porto
Ementa: Altera a Lei nº 14.512, de 7 de dezembro de 2011, que cria o Projeto GANHE O MUNDO, que visa ofertar programas de intercâmbio internacional aos alunos do ensino médio da rede pública estadual, define critérios para seleção dos estudantes nos programas e cria a bolsa-intercâmbio, a fim de indicar prazo máximo para a realização da viagem de intercâmbio.

. Projeto de Lei Ordinária nº 2779/2025 - Deputado Antônio Moraes
Ementa: Estabelece regras de segurança para a prática de soltar pipa, no âmbito do Estado de Pernambuco.

. Projeto de Lei Ordinária nº 2830/2025 - Deputado Coronel Alberto Feitosa
Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exame cardíaco em atletas a partir dos 12 (doze) anos de idade, no âmbito do Estado de Pernambuco.
Tramitação conjunta: **2923/2025, 2925/2025 e 2926/2025**

. Projeto de Lei Ordinária nº 2923/2025 - Deputado Romero Albuquerque
Ementa: Dispõe sobre a aplicação de multa administrativa para a prática de simulação de atendimento com bonecos hiper-realistas (bebês reborn) no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências.

. Projeto de Lei Ordinária nº 2925/2025 - Deputado Coronel Alberto Feitosa
Ementa: Dispõe sobre a utilização dos serviços públicos essenciais aos cidadãos em objetos inanimados, como bonecas "reborn" e similares, no Estado de Pernambuco.

. Projeto de Lei Ordinária nº 2926/2025 - Deputado Coronel Alberto Feitosa
Ementa: Dispõe sobre a proibição do uso de bonecos hiper-realistas do tipo "reborn" com a finalidade de simular a presença de crianças vivas para obtenção de benefícios ou privilégios legais no Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

. Projeto de Lei Ordinária nº 744/2023 - Deputado William Brígido Ementa: Assegura às pessoas com Transtorno do Espectro Autista o direito de ingresso e permanência de seu acompanhante terapêutico nas instituições de ensino públicas e privadas no âmbito do Estado de Pernambuco.

. Projeto de Lei Ordinária nº 1360/2023 Deputado Gilmar Júnior Ementa: Altera a Lei nº 15.533, de 23 de junho de 2015, que aprova o Plano Estadual de Educação - PEE, a fim de incluir entre as suas diretrizes, o Ensino Antirracista desde a Educação Básica e/ou os primeiros anos de ensino em Pernambuco.

. Projeto de Lei Ordinária nº 1942/2024 - Deputado Abimel Santos Ementa: Altera a Lei nº 15.533, de 23 de junho de 2015, que aprova o Plano Estadual de Educação - PEE, a fim de institui promoção do estudo da educação moral e cívica aos estudantes de Pernambuco.

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO

DEPUTADO ANTONIO COELHO - PRESIDENTE
DEPUTADO CORONEL ALBERTO FEITOSA - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:DEPUTADO CAYO ALBINO
DEPUTADA DÉBORA ALMEIDA
DEPUTADO DIOGO MORAES
DEPUTADO GUSTAVO GOUVEIA
DEPUTADO HENRIQUE QUEIROZ FILHO
DEPUTADO JOÃO DE NADEGI
DEPUTADO JUNIOR MATUTO

SUPLENTES:DEPUTADA DELEGADA GLEIDE ÂNGELO
DEPUTADO DORIEL BARROS
DEPUTADO IZAIAS REGIS
DEPUTADO MÁRIO RICARDO
DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO
DEPUTADO PASTOR CLEITON COLLINS
DEPUTADO RENATO ANTUNES
DEPUTADO RODRIGO FARIAS
DEPUTADO ROMERO ALBUQUERQUE

1. Reuniões

Durante o primeiro semestre de 2025, a Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação realizou 14 reuniões, conforme quadro a seguir:

Reuniões	Quantidade	%
Reuniões Ordinárias	11	79%
Reuniões Extraordinárias	2	14%
Audiências Públicas	1	7%
Total	**14**	**100%**

2. Proposições Legislativas

Durante o primeiro semestre de 2025, a Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação recebeu 217 proposições legislativas, todas devidamente distribuídas. Além disso, foram discutidas 108 proposições.

Nesse contexto, as proposições legislativas distribuídas dividem-se da seguinte forma:

Proposições	Quantidade	%
Propostas de Emenda à Constituição (PEC)	2	1%
Projetos de Lei Ordinária (PLO)	201	92%
Projetos de Lei Complementar (PLC)	8	4%
Contas do Governador	6	3%
TOTAL	**217**	**100%**

2.2 Destaques

Ao longo do semestre, a Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação analisou e deliberou sobre diversas proposições de alta relevância, entre as quais podemos destacar:

§ Projeto de Lei Ordinária n° 2414/2025, de autoria do Deputado Waldemar Borges, que propôs alteração na Lei nº 10.849/1992, que dispõe sobre o IPVA, a fim de incluir a deficiência auditiva entre as hipóteses de isenção;

§ Projeto de Lei Ordinária n° 2793/2025, de autoria dos Deputados Rodrigo Farias e Renato Antunes, que resguardou o direito de participação de estudantes da rede pública estadual já aprovados no programa *GANHE O MUNDO*, mas que, por motivos alheios à sua vontade, tiveram o embarque adiado no ano de 2025;

§ Projeto de Lei Complementar n° 2968/2025, de autoria da Governadora do Estado, que promoveu o reajuste do valor do piso salarial do professor da rede pública estadual de ensino e definiu o início do processo anual da avaliação do desempenho;

§ Substitutivo n° 01/2025, de autoria da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, ao Projeto de Lei Ordinária n° 2692/2025, de autoria da Governadora do Estado, que propôs a garantia do acesso, por parte dos municípios pernambucanos, aos recursos captados através da operação de crédito a ser autorizada;

§ Substitutivo n° 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária n° 345/2023, de autoria do Deputado Jeferson Timóteo, que propôs alteração na Lei n° 10.849/1992, que dispõe sobre o IPVA, a fim de conceder isenção aos veículos rodoviários com mais de 15 (quinze) anos de fabricação e aos veículos que tenham motor híbrido;

§ Prestações de Contas do Governador do Estado de Pernambuco, referente aos exercícios 2017 - 2022.

3. Remanejamentos de Emendas Parlamentares

Entre os meses de janeiro e maio de 2025, a Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação realizou 665 remanejamentos de emendas parlamentares à Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025, conforme quadro a seguir:

Mês	Número de Remanejamentos
Janeiro	155
Fevereiro	64
Março	157
Abril	165
Maio	124
Total	**665**

4. Quadro Resumo de Atividades Legislativas da CFOT - 2025.1

Atividades	Total
Proposições Recebidas	217
Proposições Distribuídas	217
Proposições Discutidas	108
Reuniões Ordinárias	11
Reuniões Extraordinárias	2
Audiências Públicas	1
Remanejamentos de Emendas Parlamentares	665

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DEPUTADO WALDEMAR BORGES - PRESIDENTE
DEPUTADO ANTONIO COELHO - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:DEPUTADO JUNIOR MATUTO
DEPUTADO IZAIAS REGIS
DEPUTADO JEFERSON TIMÓTEO
DEPUTADO JOAQUIM LIRA
DEPUTADO NINO DE ENOQUE

SUPLENTES:DEPUTADO CORONEL ALBERTO FEITOSA
DEPUTADA DÉBORA ALMEIDA
DEPUTADO DORIEL BARROS
DEPUTADO EDSON VIEIRA
DEPUTADO DIOGO MORAES
DEPUTADO PASTOR JÚNIOR TÉRCIO
DEPUTADA SIMONE SANTANA

1. REUNIÕES

No primeiro semestre de 2025, A Comissão de Administração Pública realizou 16 reuniões, 2 audiências públicas e 1 escuta.

Reuniões	Total
Reunião de Instalação e Eleição de Presidente e Vice-Presidente	2
Reuniões Ordinárias	14
Audiências Públicas	2
Escuta	1

2. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Foram realizadas 2 audiências públicas ao longo do primeiro semestre de 2025 e 1 escuta, sempre buscando realizar um maior debate, aproximar os parlamentares e sociedade civil, bem como ajudar na discussão das proposições distribuídas ao colegiado.

A primeira audiência realizada no semestre foi a convocação do Secretário de Educação do Estado, Sr. Gilson José Monteiro Filho, para prestar esclarecimentos sobre a gestão da sua pasta.

Tema: Convocação do Secretário de Educação do Estado de Pernambuco, Sr. Gilson José Monteiro Filho para prestar esclarecer sobre questionamentos sobre a gestão da sua pasta
Data: 1º de Abril de 2025
Local: Auditório Senador Sérgio Guerra - Alepe
Solicitante: Requerimento nº 3237/2025, solicitado pelo Deputado Antonio Coelho e aprovado pelo Colegiado

Além dos deputados estaduais, a audiência teve a presença de representantes da comunidade escolar (professores, alunos e pais), que abordaram problemas relacionados à rede pública de ensino. Na reunião, o Secretário teve de prestar contas sobre o atraso na entrega de kits de material escolar e fardamento.

Entre outros temas, estudantes relataram ainda o empobrecimento do cardápio das escolas e casos em que foi oferecida comida estragada. Sobre este ponto, parlamentares criticaram a utilização de contratos temporários para a prestação deste serviço.

A audiência também debateu a convocação de aprovados nos concursos da secretaria e a ameaça de alunos que participam do Programa Ganhe o Mundo não poderem fazer seus intercâmbios por conta de problemas em uma licitação.

Tema: Discussão do Projeto de Lei Ordinária n° 2675/2025, de autoria dos Deputados Waldemar Borges, Sileno Guedes, Rodrigo Farias, Diogo Moraes, Junior Matuto e Cayo Albino, que disciplina o rateio interfederativo dos recursos provenientes de Contratos de Concessão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e de Esgotamento Sanitário das Microrregiões de Água e Esgoto do Sertão e do RMR Pajeú, e dá outras providências
Data: 21.05.2025
Local: Auditório Ênio Guerra - Alepe
Solicitante: Deputado Waldemar Borges

Já no dia 21.05.2025, a discussão foi motivada pelo plano de privatização de parte dos serviços da Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa), que está em elaboração pelo Governo do Estado. O centro do debate foi o Projeto de Lei (PL) n° 2.675/2025, que busca definir, entre outros pontos, como o dinheiro gerado com a privatização em duas regiões (Sertão e RMR Pajeú) será dividido entre o estado e os municípios afetados.

Participaram da audiência deputados, representações da Agência Reguladora de Pernambuco (Arpe), o Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento de Pernambuco, o Diretor-Presidente da COMPESA, dentre outras autoridades.

3. ESCUTA

Tema: Os impactos da extinção da bandeprev para Pernambuco
Data: 27.05.2024
Local: Plenarinho II
Solicitante: Deputado João Paulo

Insatisfeitos com a gestão do fundo Bandepe Previdência Social (Bandeprev), aposentados do antigo Banco do Estado foram ouvidos pelo colegiado. A entidade de previdência complementar é administrada pelo banco privado que adquiriu o Bandepe e conta, atualmente, com um patrimônio de R$ 2,3 bilhões.

A incorporação por outro fundo previdenciário, anunciada no ano passado, também recebeu críticas, assim como a transferência da administração para São Paulo.

4. PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS

- 472 recebidas
- 472 distribuídas
- 248 discutidas

PROPOSIÇÕES DISTRIBUÍDAS	Total
Propostas de Emenda à Constituição	2
Projetos de Lei Complementar	9
Projetos de Lei Ordinária	461
Projetos de Resolução	0
Projetos de Decreto Legislativo	0
Emendas	0
Subemendas	0

PROPOSIÇÕE DISCUTIDAS	Total
Propostas de Emenda à Constituição	0
Projetos de Lei Complementar	7
Projetos de Lei Ordinária	90
Projetos de Resolução	0
Projetos de Decreto Legislativo	0
Emendas	8
Subemendas	0
Substitutivos	143

5. PROPOSIÇÕES DE DESTAQUE

Ao longo do primeiro semestre de 2025, o colegiado analisou o mérito de importantes proposições de interesse da população. Dentre os diversos projetos analisados, passaram pela comissão o PL n° 2414/2024, de autoria do Deputado Waldemar Borges, que inclui a deficiência auditiva entre as hipóteses de isenção de IPVA, bem como o PLC n° 2968/2025, de autoria da Governadora do Estado, que promoveu o reajuste do piso salarial dos professores da rede pública estadual:

- **Projeto de Lei Ordinária n° 2414/2024, de autoria do Deputado Waldemar Borges** (Ementa: Altera a Lei nº 10.849, de 28 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, a fim de incluir a deficiência auditiva entre as hipóteses de isenção);
- **Projeto de Lei Complementar n° 2968/2025, de autoria da Governadora do Estado** (Ementa: Promove o reajuste do valor do piso salarial do professor da rede pública estadual de ensino, define o início do processo anual da avaliação do desempenho e altera a legislação que indica).

Outro projeto de destaque foi o PL de autoria dos Deputados Rodrigo Farias e Renato Antunes, que tinha por objetivo resguardar o direito de participação no intercâmbio internacional de estudantes da rede pública estadual já aprovados em processo seletivo, mas que, por motivos alheios à sua vontade, tiveram o embarque adiado no ano de 2025:

- **Projeto de Lei Ordinária n° 2793/2025, de autoria dos Deputados Rodrigo Farias e Renato Antunes** (Ementa: Altera a Lei nº 14.512, de 7 de dezembro de 2011, que cria o Projeto GANHE O MUNDO, que visa ofertar programas de intercâmbio internacional aos alunos do ensino médio da rede pública estadual, define critérios para seleção dos estudantes nos programas e cria a bolsa-intercâmbio, a fim de autorizar, em caráter excepcional, embarque de estudantes na situação em que especifica)

Também merecem destaque o PL n° 2864/2025, de autoria do Presidente do Tribunal de Contas, que criou cargos no órgão para a realização de concurso público, e o PLC n° 2831/2025, de autoria da Governadora do Estado, que estabeleceu a paridade de salários para os aposentados da Polícia Civil:

- **Projeto de Lei Ordinária n° 2864/2025, de autoria do Presidente do Tribunal de Contas do Estado** (Ementa: Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e dá outras providências);

- **Projeto de Lei Complementar n° 2831/2025, de autoria da Governadora do Estado** (Ementa: Altera a Lei nº 9.807, de 24 de janeiro de 1986, que dispõe sobre a aposentadoria do funcionário policial civil, e a Lei nº 13.487, de 1° de julho de 2008, que cria as gratificações que indica, no âmbito da Secretaria de Defesa Social).

6. PARECERES

PARECERES	Total
Pela aprovação	223
Pela rejeição	0
Retirados de pauta	10
Pedidos de vistas	6

7. EMENDAS, SUBEMENDAS E SUBSTITUTIVOS APRESENTADOS PELA CAP
A comissão apresentou ao longo semestre um total de 27 proposições acessórias:

Emendas, Subemendas e Substitutivos apresentados	Total
Emendas	1
Subemendas	0
Substitutivos	26

Os Arts. 97 e 102 do Regimento Interno da ALEPE (Resolução n° 1.891/2023) dispõem sobre as competências da Comissão de Administração Pública. Cabe ao colegiado, dentre outras atribuições, discutir temas relacionados à fixação de subsídios, remunerações, criação de políticas públicas e estrutura da gestão estadual.

No âmbito de sua competência, a comissão emite pareceres e, quando necessário, apresenta emendas, subemendas e substitutivos buscando aperfeiçoar as redações apresentadas e garantir a aplicabilidade dos textos.

A Comissão de Administração Pública encerra o primeiro semestre de 2025 atuando com transparência, eficiência e priorizando o diálogo. Foi um semestre de muito trabalho discutindo importantes projetos nas reuniões ordinárias e ouvindo a sociedade civil em escutas e audiências públicas. O segundo semestre será de ainda mais trabalho para que sejam garantidas ainda mais conquistas à população.

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

DEPUTADO EDSON VIEIRA - PRESIDENTE
DEPUTADO ABIMAEL SANTOS - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:DEPUTADO CAYO ALBINO
DEPUTADO IZAIAS REGIS
DEPUTADA ROBERTA ARRAES

SUPLENTES:DEPUTADO DORIEL BARROS
DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO
DEPUTADO MÁRIO RICARDO
DEPUTADO NINO DE ENOQUE
DEPUTADO ROMERO ALBUQUERQUE

TOTAL DE REUNIÕES REALIZADAS
05 Reuniões Ordinárias
02 Reuniões Extraordinárias
03 Audiências Públicas

TOTAL DE PROJETOS, EMENDAS E SUBSTITUTIVOS APRECIADOS
26 Projetos Aprovados, sendo:
25 Substitutivos apreciados
04 Emendas apreciadas

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Entre as Audiências Públicas realizadas, a primeira tem o destaque de ter sido realizada externamente, na Câmara Municipal de Vereadores de Santa Cruz do Capibaribe, no Agreste Setentrional, a partir do Requerimento do próprio Deputado Edson Vieira, para tratar da necessidade da pavimentação das rodovias PE-156 e PE-159, para possibilitar a ampliação do desenvolvimento do polo de confecções e consequentemente de toda a Região próxima e o próprio Estado, em função da importância econômica e social da atividade produtiva de grande sucesso de uma região que enfrenta a carência e as dificuldades inerentes às regiões áridas, e que atualmente enfrenta o gargalo para o crescimento da precariedade das estradas para o transporte de peças para aumento da produção que já está no limite de alocação da mão de obra local, transporte de pessoas tanto para comércio, produção, compras e turismo, além de promover a conexão com outras regiões produtoras de insumos e bens que incrementariam as possibilidades de ampliação de faturamento dos Municípios e do Estado, tudo em função de dois pequenos trechos de estradas que totalizariam algo em torno de trinta e cinco quilômetros e um investimento de aproximadamente R$ 72 milhões, por parte do Governo do Estado, para o uma região que gerou R$177 milhões em tributos para o Estado apenas no mês de março de 2025, além de beneficiar diretamente mais de 300 mil pessoas.

A Audiência Pública seguinte, debateu sobre ao Transporte Complementar Intermunicipal em Pernambuco e os desafios para cumprir o Decreto nº 48.052/2019, a partir do Requerimento do Deputado Sileno Guedes, e foi evidenciado a dificuldade da classe trabalhadora do Transporte Complementar em renovar os contratos previstos no Decreto, em função da Empresa Pernambucana de Transporte Intermunicipal - EPTI, responsável pela regulação do setor, alegar que não tem pessoal suficiente para realizar as vistorias e a regularização dos veículos, levando os trabalhadores a voltar a trabalhar na clandestinidade. Esta Audiência resultou em apresentação de um Projeto de Lei anunciado pelo Deputado Sileno Guedes para regulamentar o Sistema de Transporte Alternativo Intermunicipal e a solicitação de uma reunião com a direção da EPTI.

A última Audiência Pública da Comissão no semestre, tratou da possibilidade da saída do 20º Batalhão de Polícia Militar do Município de São Lourenço da Mata, para o Município de Camaragibe, conforme informações veiculadas nas mídias sociais, a partir dos Requerimentos dos Deputados Rodrigo Farias e Edson Vieira, onde foi demonstrado nas falas e dados apresentados pelos participantes, que contou com a participação dos Deputados requerentes e mais Cayo Albino e Romero Albuquerque, integrantes da Comissão, Delegada Gleide Ângelo e Sileno Guedes, além do Deputado licenciado Eriberto Filho, do Prefeito Vinícius Labanca e Vice-Prefeito Lucca Labanca de São Lourenço da Mata, diversos Secretários Municipais, Vereadores e de lideranças e membros da

sociedade do Município, da imperiosa necessidade da manutenção do Batalhão no Município, e que resultou, ainda no transcorrer da Audiência, do anúncio da Governadora do envio de um Projeto de Lei para a manutenção do Batalhão em São Lourenço da Mata e mais a construção de 5 novos Batalhões da PM, a contemplar os Municípios de Arcoverde, Barreiros, Bezerros, Camaragibe e Goiana.

PROJETOS DE LEI DE AUTORIA DOS DEPUTADOS APROVADOS NA COMISSÃO:

Entre os projetos de iniciativa dos Deputados, merecem destaque os seguintes Projetos de Lei: Quanto às Emendas dos Projetos de Lei e/ou Substitutivos, merece destaque: a **Emenda Aditiva nº 01 de autoria da Comissão de Desenvolvimento Econômico ao Substitutivo nº 01/2023, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, do Projeto de Lei Ordinária nº 1263/2023, de autoria do Deputado Edson Vieira**, que tem por objetivo criar a "Rota da Moda de Pernambuco", e altera o art. 2º do Substitutivo nº 01/2023 para incluir o Município de Cupira na lista de municípios da "Rota da Moda de Pernambuco".

Quanto às proposições: o **Projeto de Lei Ordinária nº 2690/2025, de autoria do Deputado Fabrizio Ferraz**, que cria a Rota Turística do Cangaço no Estado de Pernambuco, e o **Projeto de Lei Ordinária nº 2269/2024, de autoria do Deputado Diogo Moraes**, que altera a Lei sobre a distribuição, entre os municípios, da parcela do ICMS que lhes é destinada, para denominá-la de "Lei José Patriota".

Quanto aos Substitutivos dos Projetos de Lei, merecem destaque os seguintes Substitutivos: o **Substitutivo nº 02/2025, de autoria da Comissão de Administração Pública, do Projeto de Lei Ordinária nº 63/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho**, que estabelece diretrizes para a promoção de políticas públicas de mobilidade metropolitana no Estado de Pernambuco, o **Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, do Projeto de Lei Ordinária nº 90/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa**, que institui a Política Pública de Estímulo à Implantação das Tecnologias de Conectividade Móvel no âmbito do Estado de Pernambuco, o **Substitutivo nº 01/2024, de autoria da Comissão de Administração Pública, do Projeto de Lei Ordinária nº 414/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel**, que institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, objetivos e diretrizes para o desenvolvimento do setor produtivo gesseiro, o **Substitutivo nº 02 de autoria da Comissão de Administração Pública** ao **Projeto de Lei Ordinária nº 1788/2024 de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho**, que altera a Lei d a Política de Conscientização e Incentivo da Doação de Sangue, Órgãos, Tecidos e Leite Materno, a fim de ampliar a Rede de Bancos ou Centros de Coleta de Sangue, de Leite Materno e de Postos de Registro de Doadores de Órgãos e Medula Óssea, o **Substitutivo nº 01 de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça** ao **Projeto de Lei Ordinária nº 1950/2024, de autoria do Deputado Renato Antunes**, que altera a Lei sobre cadastro específico para as operações de aquisição, estocagem, comercialização, reciclagem, processamento, fundição e beneficiamento de joias usadas, cabos de cobre, alumínio, baterias e transformadores, a fim de acrescentar o cobre queimado, bem como nova penalidade, e o **Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, do Projeto de Lei Ordinária nº 2440/2024, de autoria do Deputado Mário Ricardo**, que cria a Rota Turística do Litoral Norte de Pernambuco.

PROJETOS DE LEI EM TRAMITAÇÃO EM 2025:

Total de Projetos na Comissão	139
Total de Projetos de Emenda à Constituição	02
Total de Projetos Desarquivados	01
Total de Projetos provenientes dos Deputados	139
Total de Projetos provenientes do Poder Executivo	00
Total de Projetos provenientes do Poder Judiciário	00
Total de Projetos Arquivados por Rejeição ou Requer.	03
Total de Projetos Aprovados	26

PROJETOS DE LEI REMANESCENTES DE ANTES DO ANO DE 2025:

Total de Projetos Remanescentes de antes de 2025	92
Total de Propostas de Emenda à Constituição	01
Total de Projetos Desarquivados	01
Total de projetos provenientes dos Deputados	92
Total de projetos provenientes do Poder Executivo	00
Total de projetos provenientes do Poder Judiciário	00
Total de Projetos Arquivados por Rejeição da C.C.L.J. ou Req. de Retirada	02
Total de Projetos Aprovados de antes de 2025	20

PROJETOS DE LEI RECEBIDOS NO ANO DE 2025:

Total de Projetos Recebidos em 2025	47
Total de projetos provenientes dos Deputados	47
Total de Propostas de Emenda à Constituição	01
Total de Projetos Arquivados por Rejeição da C.C.L.J. ou Req. de Retirada	01
Total de Projetos Aprovados dos recebidos em 2025	06

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

DEPUTADO RENATO ANTUNES - PRESIDENTE
DEPUTADO WALDEMAR BORGES - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:DEPUTADO ANTONIO COELHO
DEPUTADO JOÃO PAULO
DEPUTADO PASTOR CLEITON COLLINS

SUPLENTES:DEPUTADA DANI PORTELA
DEPUTADO JOEL DA HARPA
DEPUTADO ROMERO ALBUQUERQUE
DEPUTADO ROSA AMORIM
DEPUTADO WANDERSON FLORÊNCIO

1. Reuniões
Ao todo, foram realizadas quatro reuniões ordinárias, três reuniões extraordinárias.

1.1. Reuniões Ordinárias:
1.1.1. Reunião Ordinária de 19 de março de 2025;
1.1.2. Reunião Ordinária de 09 de abril de 2025;
1.1.3. Reunião Ordinária de 06 de maio de 2025;
1.1.4. Reunião Ordinária de 04 de junho de 2025.

As reuniões ordinárias da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer revestem-se de especial relevância, pois constituem o espaço institucional em que se concretizam o acompanhamento das políticas públicas e a deliberação de matérias essenciais para o fortalecimento da educação, da cultura, do esporte e do lazer em Pernambuco. É nesse fórum que se escutam as vozes de diversos segmentos culturais por meio da análise criteriosa de projetos de lei, a emissão de pareceres fundamentados e o encaminhamento de propostas que dialoguem com as demandas reais da população. Assim, as reuniões ordinárias reafirmam o compromisso desta Comissão com a transparência, a participação cidadã e a promoção de ações que impactem positivamente a vida de milhares de pernambucanos.

1. Reunião Extraordinária
A primeira reunião realizada em 17 de fevereiro de 2025, para a Instalação da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

A segunda reunião realizada em 18 de fevereiro de 2025, para eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.
E a terceira reunião realizada em 14 de maio de 2025, onde foi discutido o tema: "Ações voltadas à promoção da parentalidade responsável no âmbito da Rede Estadual de Educação", que teve como pauta as ações voltadas à promoção da parentalidade responsável representa um marco necessário e oportuno no âmbito dos debates da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer (CECEL). Trata-se de uma temática de extrema relevância, pois articula a escola, a família e a comunidade, fortalecendo o princípio constitucional da corresponsabilidade familiar na formação integral de crianças e adolescentes (art. 205 da CF/88).
É essencial registrar que esta pauta, debatida de forma extraordinária, reforça o compromisso desta Comissão em fomentar espaços de escuta, diálogo e construção coletiva de soluções que reconheçam o papel insubstituível dos pais e responsáveis na trajetória escolar dos estudantes pernambucanos. Foi recomendado que o encaminhamento dessa discussão resulte em projetos de lei complementares, moções de recomendação à Secretaria de Educação e à articulação intersetorial com as Secretarias de Desenvolvimento Social e Saúde, de modo a garantir a eficácia das ações pactuadas.

2. Audiências Públicas
Ao todo, foram realizadas duas Audiências.

A audiência pública, no âmbito desta Comissão, reveste-se de notável importância por constituir instrumento legítimo de escuta social, diálogo transparente e construção coletiva de soluções para os desafios que perpassam a educação, a cultura, o esporte e o lazer em Pernambuco. É por meio desse espaço que comunidades, especialistas, gestores e parlamentares se encontram para compartilhar experiências, expor demandas, confrontar diagnósticos e pactuar caminhos, assegurando que cada decisão legislativa seja respaldada por vozes plurais e pela realidade concreta dos territórios. Assim, a audiência pública fortalece a democracia participativa e amplia a legitimidade das proposições desta Casa.

2.1. Tema: O PL 2614/2024 - novo Plano Nacional de Educação em 07 de maio

Configurou-se como marco fundamental na mobilização institucional e social em torno das políticas educacionais do país. Ao antecipar-se e promover esse debate com participação expressiva de representantes do Fórum Nacional de Educação, da sociedade civil organizada e do Ministério da Educação, nossa Comissão consolidou-se como protagonista regional no enfrentamento de temas estruturais como a criação do Sistema Nacional de Educação, a definição de metas nacionais (18 objetivos e 58 metas) e os mecanismos de financiamento e governança compartilhada.
Esse protagonismo reforça o nosso compromisso com a democracia participativa e evidencia a capacidade de Pernambuco influenciar diretamente o aprimoramento e a legitimidade do PNE em tramitação no Congresso Nacional.

2.2. Tema: Encerramento das Atividades da Faculdade Damas e Crise nas Instituições de Ensino Superior em 09 de junho

A realização dessa audiência evidenciou a postura vigilante e sensível da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer diante de um tema de impacto social profundo. Ao abrir espaço para escuta de professores, estudantes, gestores, sindicatos e representantes do setor educacional privado, nossa Comissão reafirmou o compromisso de ser ponte entre a comunidade acadêmica e o poder público, buscando alternativas que assegurem o direito à educação, a proteção aos trabalhadores da educação superior e a defesa da qualidade do ensino em Pernambuco. Ser ponte nesse debate qualificou o posicionamento desta Casa frente aos desafios que ameaçam a sustentabilidade de faculdades confessionais, comunitárias e privadas em nosso estado.

3. Premiação do 20º Concurso Público do Registro do Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco - RPV-PE

3.1. Elaboração do ATO Nº 274/2025, de 21 de março, do presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, onde foi constituída à comissão para selecionar os candidatos a serem indicados por este Poder Legislativo para participarem do processo de seleção do concurso acima citado.
3.2. Divulgação sobre o referido prêmio aos gabinetes parlamentares, recebimento e análise de material, seleção, inscrição no site do Mapa Cultural e divulgação do resultado do candidato indicado pela Assembleia Legislativa à Premiação do 20º Concurso Público do Registro do Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco - RPV-PE.

4. A importância da atuação itinerante e técnica da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

É de grande relevância que a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer se faça presente fora dos limites da Casa Legislativa, participando ativamente não apenas de audiências públicas, mas também de seminários, colóquios e encontros promovidos por universidades, fóruns e organizações da sociedade civil.
Essa presença ativa, somada à produção técnica qualificada da Comissão, enriquece o debate nesses espaços, fortalece a interlocução com diferentes setores e assegura que as deliberações legislativas estejam ancoradas em diagnósticos reais, dados atualizados e proposições consistentes. Assim, ao sair da Casa, a CECEL reafirma seu compromisso de ser uma Comissão viva, itinerante e colaborativa, conectada às demandas e aos saberes que emergem dos territórios de Pernambuco.

4.1. Representação da CECEL em Audiências Públicas

4.1.1. Tema: Violência no Futebol: DPPE, Gestores de Segurança do Futebol de PE
Data: 11 de março
4.1.2. Tema: Educação especial/inclusiva nas escolas particulares com atuação no Recife, ano escolar 2025
Data: 30 de abril
4.1.3. Tema: Educação Especial na Rede Municipal de Ensino do Recife: desafios, reflexões e melhorias, após o Decreto nº 36.309/2023
Data: 28 de maio

4.2. Representação da CECEL em Seminário

4.2.1. Tema: Primeiro Seminário do Projeto Fortalecer Cultural
Data: 21 de março

4.3. Representação da CECEL em Colóquio

4.3.1. Tema: Lançamento do Balanço do Plano Estadual de Educação de Pernambuco com foco na Meta 2
Data: 30 de junho

5. Resumo Semestral de Atividades Legislativas da CECEL

Atividades	**Total**
Projetos Distribuídos	243
Projetos Discutidos	102
Projetos Aprovados	100
Projetos retirados de Pauta	2
Reuniões Ordinárias	4
Reunião Extraordinária	3
Audiências Públicas Realizadas	2
Representação da CECEL em Audiências Públicas	3
Seminários	1
Colóquios	1

COMISSÃO DE DEFESA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E ATIPICIDADES

DEPUTADO GILMAR JÚNIOR - PRESIDENTE
DEPUTADO SILENO GUEDES - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:DEPUTADA DANI PORTELA
DEPUTADO NINO DE ENOQUE
DEPUTADO PASTOR CLEITON COLLINS

SUPLENTES:DEPUTADO ABIMAEL SANTOS
DEPUTADO ADALTO SANTOS
DEPUTADA DELEGADA GLEIDE ÂNGELO
DEPUTADO JOÃO DE NADEGI
DEPUTADO ROMERO SALES FILHO

2. REUNIÕES: 04

Atividades	**Total**
Reuniões Ordinárias e Extraordinárias	04
Audiências Públicas	03
Escutas Técnicas	18
Total de Projetos Recebidos para Análise	91
· Projeto de origem do Poder Legislativo	91
· Total de Projetos Distribuídos	54

· Total de Proposições Aprovados	02
· Projeto de Lei Ordinária aguardando CCLJ	84
· Projeto de Lei Ordinária aguardando CDPDA	05

3. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS: 03

2.1 Tema: Políticas Públicas de Saúde para Pessoas com Autismo.
Data: **29/04/2025**
Local: **Alepe - Auditório Senador Sérgio Guerra**.
Objetivos: debater a grave carência de recursos e serviços para o atendimento de pessoas com autismo no estado, com base em diagnóstico do Tribunal de Contas de Pernambuco (TCE-PE) e coletar recomendações de entidades, órgãos públicos e parlamentares para reverter o cenário.

2.2 Tema: 10 anos da União de Mães de Anjos em Pernambuco: UMA década de resistência.
Data: **30/05/2025**
Local: **Alepe - Auditório Senador Sérgio Guerra**.
Objetivos: avaliar o legado de uma década desde o surto, destacando os caminhos percorridos e os desafios atuais enfrentados por pessoas com microcefalia; e reconhecer formalmente o trabalho da União de Mães de Anjos na assistência e acolhimento dessas famílias.

2.3 Tema: Aquisição e Distribuição de Medicamentos pela Farmácia do Estado para a População Neurodivergente - Audiência Pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo e com a Comissão de Saúde e Assistência Social.
Data: **11/06/2025**
Local: **Alepe - Auditório Senador Sérgio Guerra**.

Objetivos: debater a aquisição e distribuição de medicamentos pela Farmácia do Estado destinados à população neurodivergente, diante de uma grave crise de desabastecimento que perdura desde julho de 2024; buscar soluções emergenciais a fim de assegurar o direito à saúde para pessoas com necessidades específicas; e garantir o acesso justo e contínuo aos medicamentos essenciais, não como favor, mas como um direito garantido constitucionalmente.

4. ESCUTAS À SOCIEDADE - quantidade 18;
A Comissão promoveu escutas inclusivas semanalmente com entidades de atenção à pessoa com deficiência de todo o estado. É um momento de estreitamento com a sociedade civil, numa forma de ouvir e identificar as lacunas e conteúdos que serão a base para criação de novas políticas públicas.
"Nada Sobre Nós Sem Nós", o maior lema da comunidade com deficiência, serve para definir este serviço promovido pela Comissão de Defesa da Pessoa com Deficiência e Atipicidades, uma vez que não seria possível criar políticas públicas sem uma escuta generosa e aprofundada de quem vive a deficiência em 24 horas.
Ao longo deste semestre de atividades foram promovidas escutas e interações com as seguintes entidades:

- Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Atipicidades - CONED;
- Juntas Somos + Fortes;
- Mobiliza TEA;
- Grupo Down +;
- União de Mães de Anjos em Pernambuco - UMA;
- AMAR - Aliança de Mães e Famílias Raras;
- Associação de Doenças Neuromusculares de Pernambuco - DONEM;
- Liga Neural;
- Coletivo Autistas Adultos;
- Mães e Pais Atípicos - MAPE;
- Mônica Araújo - Ativista Advogada;
- Movimento Mães Atípicas da Polícia Militar;
- Projeto do Trato ao Trote Equoterapia;
- Vivendo com Autismo;
- Ministério Público do Trabalho - Dr. Fernando Sampaio;
- Grupo de Mães de Crianças Especiais de Pernambuco;
- Associação de Apoio as Pessoas com Epilepsia de Pernambuco - AMAPE;
- Grupo Mães Estrelas - Mães Atípicas de Fernando de Noronha.

5. PARTICIPAÇÕES EM EVENTOS - quantidade 07;

Data: 20 de fevereiro de 2025.
Evento: **Lançamento do PERNAMBUCO ACESSÍVEL, programa de inclusão e acessibilidade.**
Instituição: **Governo do Estado de Pernambuco.**
Local: Palácio do Campo das Princesas.

Data: 04 de abril de 2025.
Evento: **Inauguração da nova sala multissensorial no Aeroporto Internacional do Recife.**
Instituição: **Ministério de Portos e Aeroportos.**
Local: **Aeroporto Internacional do Recife**.

Data: 13 de maio de 2025.
Evento: **I Simpósio de Fibromialgia da Alepe.**
Instituição: **Assembleia Legislativa de Pernambuco.**
Local: **Auditório Senador Sérgio Guerra.**

Data: 14 de maio de 2025.
Evento: **III Semana da Luta Antimanicomial Marcela Lucena.**
Instituição: **Centro Universitário Frassinetti do Recife (UniFAFIRE).**
Local: **Auditório da UniFAFIRE.**

Data: 26 de maio de 2025.
Evento: **Cerimônia relativa aos 10 anos da União de Mães de Anjos em Pernambuco: UMA década de resistência.**
Instituição: **União de Mães de Anjos em Pernambuco.**
Local: **Rooftop do Shopping Tacaruna.**

Data: 31 de maio de 2025.
Evento: **Mostra TechDesign, a temática foi "Jogos e Acessibilidade", com projetos que buscam soluções para desafios do mundo real para pessoas com deficiência.**
Instituição: **CESAR School.**
Local: **Unidade Brum e Unidade Tiradentes da CESAR School.**

Data: 02 de junho de 2025.
Evento: **Sou ponte, não barreira. Campanha para estimular o cidadão a defender os direitos da pessoa com deficiência.**
Instituição: **Núcleo da Pessoa com Deficiência do Ministério Público do Estado.**
Local: **Escola Judicial de Pernambuco.**

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E PROTEÇÃO ANIMAL

DEPUTADA ROSA AMORIM - PRESIDENTE
DEPUTADO WANDERSON FLORÊNCIO - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:DEPUTADO DANNILO GODOY
DEPUTADO HENRIQUE QUEIROZ FILHO
DEPUTADO JARBAS FILHO

SUPLENTES:DEPUTADO DIOGO MORAES
DEPUTADO FRANCE HACKER
DEPUTADO JOÃO PAULO
DEPUTADA SOCORRO PIMENTEL
DEPUTADO LUCIANO DUQUE

6. Reuniões:

1.1 Reuniões Ordinárias: 03
Distribuição e Discussão de Projetos

1.2 Reuniões Extraordinárias: 02
Instalação e votação para Presidência e Vice-Presidência da Comissão.

7. Audiências Públicas: 02

2.1 24/05/2025, no Auditório Sérgio Guerra, CMASPA em conjunto com a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular.
Tema: Pescadoras Artesanais: A Luta por Trabalho e Território Livre

A audiência pública destacou a importância da pesca artesanal, que sustenta mais de 70% do pescado consumido no estado e é a principal fonte de renda para milhares de famílias, especialmente na Ilha de Deus, onde mais de 80% das famílias dependem dessa atividade.
No entanto, as mulheres pescadoras enfrentam uma tripla carga de trabalho: produtivo, doméstico e reprodutivo, além de dificuldades no reconhecimento profissional e acesso a direitos previdenciários, historicamente negados por serem vistas como "ajudantes dos maridos", mesmo quando são as principais provedoras.

Entre os principais problemas relatados, destacaram-se as condições de saúde precárias, com exposição a doenças ocupacionais como problemas de pele, articulares e ginecológicos devido ao contato com instrumentos cortantes, toxinas e longas horas sob o sol.

Além disso, foram tema central, os conflitos territoriais, com denúncias de invasões por grandes empreendimentos como o Complexo Industrial de SUAPE, especulação imobiliária e racismo ambiental, que degradam os ecossistemas e restringem o acesso aos locais de pesca.

Outro obstáculo é a burocracia, como as falhas na plataforma "Pesque Brasil", que dificulta o cadastro e a renovação de licenças, além da morosidade do INSS em processos previdenciários.

2.2 AP CMASPA 05/06/2025, na Câmara de Vereadores de Caruaru
(Programação da Semana do Meio Ambiente).
Tema: Água no Agreste: Desafios e Soluções para a Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos.

A Audiência Pública "Água no Agreste: Desafios e Soluções para a Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos" foi um importante debate promovido durante a Semana do Meio Ambiente, reunindo autoridades, especialistas e a sociedade civil para discutir os desafios hídricos enfrentados pela região do Agreste pernambucano. O evento destacou a urgência de políticas públicas eficientes para garantir o acesso à água, combater a escassez e promover o uso sustentável dos recursos naturais.

A importância do tema foi amplamente reforçada, uma vez que o Agreste sofre com longos períodos de estiagem, afetando a agricultura, o abastecimento humano e a economia local. Foram discutidas soluções como: a ampliação de sistemas de captação de água, a revitalização de bacias hidrográficas, a implantação de tecnologias de reuso e o fortalecimento de políticas de convivência com o semiárido. Além disso, destacou-se a necessidade de maior integração entre municípios e órgãos governamentais para enfrentar a crise hídrica de forma estruturada.

A audiência reforçou o compromisso com a sustentabilidade e mostrou que a gestão responsável da água é essencial para o desenvolvimento regional. A realização desse debate durante a Semana do Meio Ambiente simbolizou a importância de unir esforços para preservar os recursos naturais e garantir um futuro mais justo e equilibrado para as populações do Agreste.

8. Seminários, Fóruns e Escutas públicas:

3.1 SEMINÁRIO CMASPA 02/06/2025, no Auditório Sérgio Guerra.
Seminário - Análise de Conjuntura Ambiental do Estado de Pernambuco: Emergência Climática - Os desafios da Transformação Ecológica

O evento destacou a urgência de ações coletivas diante da crise climática e a importância de integrar justiça social e preservação ambiental nas políticas públicas.

Com uma mesa composta por deputados, gestores públicos, lideranças indígenas e quilombolas, o seminário abordou temas como os impactos das mudanças climáticas, a necessidade de educação ambiental e a defesa dos territórios tradicionais. Os participantes enfatizaram que as populações mais vulneráveis são as mais afetadas pelos desastres ambientais, reforçando a ligação entre desigualdade social e degradação do meio ambiente.

Neste viés, foram apresentadas iniciativas governamentais em andamento, como planos de recuperação de ecossistemas e projetos de economia sustentável, além de denúncias sobre desmatamento e conflitos agrários. Vale ressaltar que o debate também destacou o papel fundamental das comunidades tradicionais na preservação da biodiversidade e a necessidade de garantir seus direitos territoriais.

Ao final, reforçou-se a importância do diálogo entre diferentes setores da sociedade para construir soluções efetivas.

Assim, o seminário serviu como um chamado à ação, evidenciando que a transformação ecológica depende não apenas de políticas públicas, mas também da conscientização e participação de todos.

3.2 FORUM CMASPA 03/06/2025, Auditório Sérgio Guerra
Fórum Estadual do Lixo e Cidadania

O Fórum Estadual do Lixo e Cidadania, presidido pela Deputada Rosa Amorim, reuniu autoridades, representantes de cooperativas e catadores de materiais recicláveis para debater os desafios e a importância do trabalho desses profissionais na gestão de resíduos sólidos em Pernambuco. O evento, integrado à programação da Semana do Meio Ambiente, destacou a necessidade de políticas públicas eficientes para garantir melhores condições de trabalho, reconhecimento social e direitos para os catadores, que atuam na linha de frente da reciclagem, mas enfrentam condições precárias e invisibilidade.

O debate deixou claro que, embora os catadores sejam fundamentais para a sustentabilidade ambiental e econômica, ainda há um longo caminho a percorrer para que sejam valorizados, remunerados de forma justa e incluídos em políticas públicas eficazes. A mensagem central foi a de que reciclar não é apenas uma questão ambiental, mas também de justiça social.

3.3 ESCUTA PÚBLICA CMASPA 06/06/2025, IF Sertão em Floresta.
Escuta Pública: Desafios Ambientais do Sertão de Itaparica.

Realizada durante a Semana do Meio Ambiente, a Escuta Pública sobre os Desafios Ambientais do Sertão de Itaparica reuniu comunidades tradicionais, agricultores familiares, gestores públicos e especialistas para discutir os graves problemas socioambientais que afetam a região, sendo assim, foram ouvidas 10 pessoas representando as comunidades tradicionais - MST, quilombolas, indígenas e outros. O evento teve como objetivo dar voz às populações locais, evidenciando que os problemas do Sertão de Itaparica não são apenas ambientais, mas também sociais, econômicos e culturais, exigindo respostas urgentes.

Ao incluir esse tema na Semana do Meio Ambiente, reforçou-se o compromisso de lutar por justiça ambiental e garantir que as vozes do Sertão sejam ouvidas e respeitadas.

9. Exposição, Oficina, Feira e Plantio de mudas (Mangue vermelho).
(Programação da Semana do Meio Ambiente).

SEMANA DO MEIO AMBIENTE - CMASPA 02/06/2025 a 06/06/2025, com a temática **"Emergência Climática e os Desafios da Transformação Ecológica em Pernambuco".**

Foram destaques no período:

A semana foi dedicada à reflexão, diálogo e ação em prol do meio ambiente em Pernambuco, reunindo autoridades, sociedade civil, movimentos sociais e estudantes em uma programação diversificada e urgente, alinhada com os desafios da emergência climática.

A abertura ocorreu com o Seminário "Análise de Conjuntura Ambiental do Estado de Pernambuco: Emergência Climática - Os desafios da Transformação Ecológica", que debateu os cenários atuais e as estratégias necessárias para enfrentar a crise socioambiental.

Ao longo da semana, deve-se destacar a realização da Reunião Plenária do Fórum Estadual do Lixo e Cidadania, que reforçou o compromisso com a gestão sustentável de resíduos e a inclusão social e da Feira Agroecológica na Rua da ALEPE, a fim de celebrar e valorizar a agricultura sustentável, com alimentos saudáveis.

No Assentamento Che Guevara, em Moreno/PE, foi realizada uma **Oficina Agroecológica**, fortalecendo práticas de cultivo harmoniosas com a natureza. Já em Caruaru, a Audiência Pública **"Água no Agreste: Desafios e Soluções para a Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos"** que discutiu políticas públicas essenciais para a segurança hídrica da região.

O Sertão de Itaparica também teve voz, com a Escuta Pública sobre os Desafios Ambientais da região, ouvindo comunidades tradicionais e especialistas sobre os impactos ambientais e possíveis caminhos para a sustentabilidade.

A semana também foi marcada por ações práticas, como o **plantio de mudas de mangue vermelho** no Calçadão da Aurora, realizado em parceria com estudantes do Ginásio Pernambucano, reforçando a importância da recuperação de ecossistemas costeiros.

Além disso, a exposição sobre a Unidade de Conservação e Zoológico do Parque Dois Irmãos destacou a riqueza da biodiversidade pernambucana e a necessidade de preservação.

Sob esta ótica, a Semana do Meio Ambiente 2025 reafirmou o compromisso da Comissão de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Proteção Animal da ALEPE com a justiça socioambiental, mostrando que a transformação ecológica é possível, necessária e urgente, com a participação de todos: poder público, sociedade civil, movimentos sociais e juventude.

10. Quadro Resumo de Atividades Legislativas da CMASPA - 1º Semestre de 2025

PROJETOS DISTRIBUÍDOS	**65**
PROJETOS APROVADOS	**27**
PROJETOS EM TRAMITAÇÃO	**65**

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

DEPUTADO LUCIANO DUQUE - PRESIDENTE
DEPUTADO NINO DE ENOQUE - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:DEPUTADO CLAUDIANO MARTINS FILHO
DEPUTADO FRANCE HACKER
DEPUTADO ROMERO ALBUQUERQUE

SUPLENTES:DEPUTADO AGLAILSON VICTOR
DEPUTADO ANTONIO COELHO
DEPUTADO DANNILO GODOY
DEPUTADO DORIEL BARROS
DEPUTADA ROSA AMORIM

1. Reuniões: 02

1.1 Reuniões Extraordinárias: 01
Instalação da Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural para o biênio 2025-2026; Reunião realizada no dia 18 de fevereiro

1.2 Reuniões Ordinárias: 01
Reunião realizada no dia 06 de maio, para distribuição e discussão de Projetos

2. Quadro Resumo de Atividades Legislativas da CAPDR – 1º Semestre de 2025

Atividades	**Total**
Reuniões Ordinárias	01
Audiências Públicas	00
Grupo de Trabalho	00
Total de Projetos Recebidos para Análise	18
● Projeto de origem do Poder Legislativo	18
● Projeto de origem do Poder Executivo	00
● Projeto de Lei Ordinária	18
● Projeto de Lei Complementar	00
Total de Projetos Distribuídos	14
Total de Proposições Aprovados	5
● Projeto de Lei Ordinária	03
● Substitutivos	02
● Emendas	00
Proposições Retiradas de Pauta	01
Projetos Rejeitados	00

COMISSÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

DEPUTADO SILENO GUEDES - PRESIDENTE
DEPUTADO ADALTO SANTOS - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:DEPUTADO ABIMAEL SANTOS
DEPUTADO GILMAR JÚNIOR
DEPUTADA SOCORRO PIMENTEL

SUPLENTES:DEPUTADO ANTONIO COEL
HODEPUTADO EDSON VIEIRA
DEPUTADO JOÃO DE NADEGI
DEPUTADO JOÃO PAULO
DEPUTADA SIMONE SANTANA

1. Reuniões Ordinárias e Extraordinárias:

Ao longo do semestre, a Comissão de Saúde e Assistência Social realizou um total de quatro reuniões, fundamentais para o andamento das atividades legislativas e o avanço do debate em torno das políticas públicas de saúde e assistência social. Essas reuniões representam um importante instrumento de trabalho da Comissão, contribuindo para a transparência, a articulação institucional e o fortalecimento da atuação parlamentar em defesa da população.

Reunião	**Total**
Reunião de Instalação	1
Reunião de Eleição para Presidente e Vice-Presidente	1
Reuniões Ordinárias	2

2. Audiências Públicas:

No decorrer do semestre, a Comissão de Saúde e Assistência Social promoveu quatro audiências públicas, reafirmando seu compromisso com a transparência, o diálogo com a sociedade e o fortalecimento do controle social das políticas públicas. Os encontros trataram de temas relevantes e de grande impacto social, permitindo a escuta qualificada de especialistas, gestores públicos e da população em geral.

As audiências realizadas abordaram os seguintes temas:

2.1 Aquisição e Distribuição de Medicamentos Pela Farmácia do Estado para Pacientes Neurodivergentes – Debate realizado em conjunto com as Comissões de Defesa da Pessoa com Deficiência e de Desenvolvimento Econômico e Turismo, **voltado à garantia do acesso a medicamentos essenciais para pacientes com condições neurodivergentes, com foco na regularidade do fornecimento e na eficácia da política de distribuição;**

2.2 Junho Vermelho – Conscientização e Incentivo à Doação e Transfusão de Sangue – Iniciativa alinhada à campanha nacional, voltada à sensibilização da sociedade sobre a importância da doação regular de sangue, com foco na manutenção dos estoques dos hemocentros e na ampliação do número de doadores;

2.3 Apresentação do Relatório de Gestão da Saúde no Estado, referente ao Terceiro Quadrimestre de 2024 – Audiência com finalidade de promover a transparência da gestão pública, por meio da apresentação e análise dos indicadores e ações executadas no setor de saúde no período.

2.4 Apresentação do Relatório de Gestão da Saúde no Estado, referente ao Primeiro Quadrimestre de 2025 – Continuação do acompanhamento da execução orçamentária e administrativa da saúde, garantindo a fiscalização do uso de recursos públicos e a efetividade das políticas adotadas no início do novo exercício.
Essas audiências reforçam o papel fiscalizador da Comissão e sua atuação proativa na defesa do direito à saúde e à assistência social de qualidade para toda a população.

Tipo de Audiência	**Total**
Audiências Públicas	4

3. Proposições Legislativas:

A Comissão de Saúde e Assistência Social distribuiu 175 proposições, das quais 69 foram discutidas. Com um total de 69 aprovações e nenhuma rejeição, o trabalho foi focado em promover avanços nas políticas de saúde e assistência social.

Proposição	**Total**
Proposições Distribuídas	175
Proposições Discutidas	69
Proposições Retiradas de Pauta	4
Proposições Aprovadas	69
Proposições Rejeitadas	0

4.1 Destaques:

Durante o semestre, a Comissão de Saúde e Assistência Social desempenhou um papel fundamental na análise do mérito de proposições relevantes para as áreas de sua atuação. O trabalho da Comissão garantiu que as matérias fossem avaliadas com responsabilidade técnica e sensibilidade social, contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas e para a proteção dos direitos da população.
Entre as proposições de destaque analisadas pela Comissão, estão:
- Substitutivo 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária Nº 09/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, que dispõe sobre a transparência na distribuição de medicamentos pelo Poder Público Estadual. O projeto de lei visa garantir transparência na distribuição de medicamentos pelo Poder Público Estadual de Pernambuco. Propõe que todas as informações sobre a disponibilidade, remessas e processos de aquisição dos medicamentos sejam divulgadas publicamente em meio digital, de forma acessível e sem necessidade de identificação para acesso. O objetivo é promover o controle social, fortalecer a confiança da população na gestão pública da saúde e assegurar o direito ao acesso às informações sobre os recursos aplicados na área. A proposta também prevê responsabilização administrativa em caso de descumprimento e regulamentação para garantir sua efetiva aplicação.
- **Substitutivo 02/2025, de autoria da Comissão de Administração Pública ao Projeto de Lei Ordinária nº 349/2023**, **de autoria do Deputado Gilmar Junior,** que altera a Lei nº 15.487, de 27 de abril de 2015, que dispõe sobre a proteção e os direitos da pessoa com Transtorno de Espectro Autista no Estado de Pernambuco e dá outras providências, a fim de assegurar medidas de identificação para a prioridade de atendimento a pessoa autista nos casos que indica. O projeto de lei altera a Lei nº 15.487/2015 para assegurar a identificação visual das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas pulseiras de Classificação de Risco em unidades de saúde públicas e privadas do Estado de Pernambuco. Essa identificação, preferencialmente por meio da fita de quebra-cabeça (símbolo universal do autismo), visa garantir a prioridade de atendimento a pacientes com TEA, promovendo um ambiente mais seguro, acolhedor e um atendimento mais humanizado, além de prevenir atrasos e complicações no cuidado à saúde dessas pessoas.
- **Projeto de Lei Ordinária Nº 1541/2024**, **de autoria da Deputada Socorro Pimentel,** que altera a Lei nº 16.538, de 9 de janeiro de 2019, que institui o Estatuto da Pessoa com Câncer no Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes e da Deputada Socorro Pimentel, a fim de instituir novas medidas de proteção à pessoa com câncer. O projeto de lei busca alterar o Estatuto da Pessoa com Câncer no Estado de Pernambuco para instituir novas medidas de proteção aos pacientes com câncer. Entre as mudanças, estão o reconhecimento do câncer como doença crônica que demanda tratamento contínuo e suporte multidisciplinar, o fortalecimento de redes regionais de atenção conforme protocolos do SUS, o estímulo à pesquisa científica e à incorporação de tecnologias terapêuticas, além da garantia de ações de reabilitação precoce, apoio nutricional e psicológico e fornecimento dos insumos essenciais ao tratamento. O objetivo é promover um atendimento mais humanizado, integral e equitativo, especialmente para grupos vulneráveis, melhorando a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas com câncer no estado.
- **Substitutivo 02/2025, de autoria da Comissão de Administração Pública ao Projeto de Lei Ordinária nº 1788/2024**, **de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho,** que altera a Lei nº 18.359, de 27 de outubro de 2023, que institui a Política de Conscientização e Incentivo da Doação de Sangue, Órgãos, Tecidos e Leite Materno - Promoção 3D no Estado de Pernambuco e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho, a fim de ampliar a Rede de Bancos ou Centros de Coleta de Sangue, de Leite Materno e de Postos de Registro de Doadores de Órgãos e Medula Óssea. O projeto de lei busca alterar a Política de Conscientização e Incentivo à Doação de Sangue, Órgãos, Tecidos e Leite Materno (Promoção 3D) no Estado de Pernambuco, com o objetivo de ampliar a rede de bancos ou centros de coleta de sangue, leite materno e de postos de registro de doadores de órgãos e medula óssea. A proposta prioriza a implantação ou ampliação desses serviços em hospitais públicos ou filantrópicos sem fins lucrativos, preferencialmente localizados nas Gerências Regionais de Saúde, para facilitar o acesso da população e aumentar o abastecimento e o cadastro de doadores.
- **Substitutivo nº 01/2024, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 2136/2024, de autoria da Deputada Socorro Pimentel,** que institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual de Atenção, Diagnóstico e Tratamento da Atrofia Muscular Espinhal (AME) e dá outras providências. O projeto de lei institui, no Estado de Pernambuco, a Política Estadual de Atenção, Diagnóstico e Tratamento da Atrofia Muscular Espinhal (AME). Seu objetivo é estabelecer diretrizes para a prevenção, diagnóstico precoce e tratamento da AME, uma doença rara, degenerativa e hereditária. A política inclui ações de conscientização da população e profissionais de saúde, incentivo à triagem neonatal ampliada, garantia de acesso igualitário a serviços de saúde e fomento à pesquisa para desenvolvimento de novas terapias. O projeto visa aprimorar a assistência às pessoas com AME, promovendo diagnóstico rápido e tratamento eficaz para garantir o bem-estar dos pacientes.
- **Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 2403/2024**, **de autoria do Deputado Sileno Guedes,** que altera a Lei nº 11.781, de 6 de junho de 2000, que regula o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Pedro Eurico, a fim de acrescentar ao rol de prioridades as pessoas com câncer. O projeto de lei busca incluir as pessoas com câncer entre os grupos prioritários na tramitação de processos e procedimentos administrativos. A proposta visa garantir um atendimento mais rápido e eficiente a esses indivíduos, reconhecendo a urgência de suas necessidades. Além disso, estabelece que a comprovação da condição de saúde seja feita por meio de laudo médico ou documento equivalente, facilitando o acesso aos direitos e serviços públicos. O objetivo é tornar a administração pública mais humana, inclusiva e justa para pessoas com câncer e outras doenças graves.
A análise criteriosa dessas proposições reflete o compromisso da Comissão com a melhoria dos serviços oferecidos à sociedade, a promoção da equidade no acesso à saúde e à assistência social, e o fortalecimento da atuação legislativa orientada pelo interesse público.

5. Quadro Resumo de Atividades Legislativas da CSAS – 2025.1

Atividades	**Total**
Proposições Recebidas	175
Proposições Distribuídas	175
Proposições Discutidas	69
Reuniões Ordinárias	2
Reuniões Extraordinárias	2
Audiências Públicas	4

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

DEPUTADA SIMONE SANTANA - PRESIDENTE
DEPUTADO JOÃO DE NADEGI - VICE PRESIDENTE

TITULARES:DEPUTADO AGLAILSON VICTOR
DEPUTADO JEFERSON TIMÓTEO
DEPUTADO EDSON VIEIRA

SUPLENTES:DEPUTADO ANTONIO COELHO
DEPUTADO DANNILO GODOY
DEPUTADO JOÃO PAULO
DEPUTADO GUSTAVO GOUVEIA
DEPUTADO SILENO GUEDES

1. REUNIÕES

No Primeiro semestre do corrente ano, a Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação realizou um total de cinco reuniões, que foram fundamentais para o bom andamento das atividades legislativas e para o avanço do debate em torno das políticas públicas. Essas reuniões representam um importante instrumento de trabalho da Comissão, contribuindo para a transparência, a articulação institucional e o fortalecimento da atuação parlamentar em favor do povo pernambucano.

Data	Reunião	Total
17/02/2025	Reunião de Instalação.	01
25/02/2025	Reunião de Eleição para Presidente e Vice-Presidente.	01
19/03/2025	Reunião Ordinária para Distribuição e Discussão de Proposições.	01
23/04/2025	Reunião Ordinária para Distribuição e Discussão de Proposições.	01
10/06/2026	Reunião Ordinária para Distribuição e Discussão de Proposições.	01
TOTAL		**05**

2. PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS

A Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação recebeu 93 projetos para serem analisados nesta Comissão, onde 83 foram distribuídos, dos quais 40 foram discutidos e ainda tivemos 02 proposições arquivadas. Com um total de 40 aprovações e nenhuma rejeição, o trabalho foi focado em promover avanços nas políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Proposição	Total
Proposições Recebidas	93
Proposições Distribuídas	83
Proposições Discutidas	40
Proposições Aprovadas	40
Proposições Arquivadas	02

3. LEIS ESTADUAIS

Segue abaixo a Relação de Legislação Estadual de 2025, proveniente de Projetos de Leis que tramitaram nesta Comissão Permanente.

Leis sancionadas no 1º Semestre de 2025		
Nº	**LEI**	**EMENTA**
01	Lei n° 18814, de 8 de janeiro de 2025	Determina a divulgação de cartilhas institucionais nos estabelecimentos assistenciais e de saúde, públicos ou privados, do Estado de Pernambuco.
02	Lei n° 18832, de 10 de março de 2025	Altera a Lei nº 17.884, de 13 de julho de 2022, que institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, o Programa Código "Sinal Vermelho", como medida de combate e prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, a fim de incluir no âmbito de aplicação da lei o Código "Sinal de Vida", como medida de combate e prevenção à violência contra pessoas em situação de vulnerabilidade.
03	Lei n° 18838, de 10 de março de 2025	Altera a Lei nº 18.440, de 27 de dezembro de 2023, que institui a Política Estadual do Empreendedorismo Jovem no Estado de Pernambuco e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Antônio Coelho, a fim de estabelecer diretrizes adicionais.
04	Lei n° 18840, de 10 de março de 2025	Altera a Lei nº 14.090, de 17 de junho de 2010, que institui a Política Estadual de Enfrentamento às Mudanças Climáticas de Pernambuco, e dá outras providências, a fim de determinar a adoção, pela Construção Civil, de projetos arquitetônicos ou de infraestrutura que promovam o adequado escoamento de águas pluviais em espaços públicos.
05	lei n° 18843, de 10 de março de 2025	Institui o Cadastro Estadual de Famílias de Baixa Renda e Vulnerabilidade Socioeconômica, no âmbito do Estado de Pernambuco.
06	Lei n° 18849, de 10 de março de 2025	Altera a Lei nº 15.487, de 27 de abril de 2015, que dispõe sobre a proteção e os direitos da pessoa com Transtorno de Espectro Autista no Estado de Pernambuco e dá outras providências, a fim de prever plataforma de acesso e divulgação dos direitos das pessoas com TEA.
07	Lei n° 18850, de 18 de março de 2025	Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de ampliar a obrigatoriedade de remoção e coleta de equipamentos eletrônicos instalados no imóvel do consumidor.
08	Lei n° 18854, de 09 de abril de 2025	Institui objetivos para as políticas públicas destinadas à prevenção, ao tratamento e ao controle das doenças crônicas da pele no Estado de Pernambuco.
09	Lei n° 18855, de 09 de abril de 2025	Dispõe sobre a criação do Guia Turístico Virtual "Descubra Pernambuco" e dá outras providências.
10	Lei n° 18875, de 08 de maio de 2025	Estabelece normas para a instalação de "Telhado Verde" nas edificações no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências.
11	Lei n° 18876, de 08 de maio de 2025	Institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, objetivos e diretrizes para a formulação e execução de políticas estaduais de incentivo ao Terceiro Setor e dá outras providências.

4. QUADRO RESUMO DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - 2025.1

Proposição	Total
Proposições Recebidas	93
Proposições Distribuídas	83
Proposições Discutidas	40
Proposições Aprovadas	40
Proposições Arquivadas	02
Reuniões Ordinárias	03
Reuniões Extraordinárias	02
Leis sancionadas no 1º Semestre de 2025	11

COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR

DEPUTADA DANI PORTELA - PRESIDENTE
DEPUTADO PASTOR JÚNIOR TÉRCIO - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:DEPUTADO JOÃO PAULO
DEPUTADO JOEL DA HARPA
DEPUTADA SIMONE SANTANA

SUPLENTES:DEPUTADO CORONEL ALBERTO FEITOSA
DEPUTADO PASTOR CLEITON COLLINS
DEPUTADO RODRIGO FARIAS
DEPUTADA ROSA AMORIM
DEPUTADA SOCORRO PIMENTEL

1. ATIVIDADES

1.1 Reuniões do Colegiado:

1. 17/02/2025 - Reunião de Instalação da Comissão para o 2º Biênio (2025-2026);
2. 18/02/2025 - Reunião de Eleição da presidência e vice-presidência da Comissão;
3. 18/03/2025 - Reunião Ordinária para distribuição e discussão de Proposições Legislativas e discussão de outros assuntos;
4. 08/04/2025 - Reunião Ordinária para distribuição e discussão de Proposições Legislativas e discussão de outros assuntos;
5. 29/04/2025 - Reunião Ordinária para distribuição e discussão de Proposições Legislativas e discussão de outros assuntos;
6. 13/05/2025 - Reunião Ordinária para distribuição e discussão de Proposições Legislativas e discussão de outros assuntos;
7. 03/06/2025 - Reunião Ordinária para distribuição e discussão de Proposições Legislativas e discussão de outros assuntos;
8. 10/06/2025 - Reunião Ordinária para distribuição e discussão de Proposições Legislativas e discussão de outros assuntos.

1.2 Audiências Públicas:

1. 24/04/2025 - **Pescadoras Artesanais: a luta por trabalho digno, saúde e território livre**;
2. 30/04/2025 - **Assédio e adoecimento dos(as) trabalhadores(as) do setor bancário em Pernambuco**;
3. 06/05/2025 - **O Aumento do feminicídio em Pernambuco: quais as respostas do Poder Público?**;
4. 19/05/2025 - **Prevenção e Combate à Tortura em Pernambuco**;
5. 02/06/2025 - **Dia Internacional das Prostitutas: Desafios e Perspectivas da Profissão**.

1.3 Inspeções e Visitas Técnicas:

1. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (25/03/25):
Assunto: No dia 25 de março de 2025, a CCDHPP, presidida pela deputada Dani Portela, realizou uma inspeção no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, em cumprimento ao ciclo de fiscalizações anuais pactuado durante a Audiência Pública sobre o tema, realizada em 2023. A visita técnica buscou avaliar o andamento das medidas anunciadas pelo governo para conter os danos estruturais e preservar o acervo histórico, principalmente aquele ainda mantido no prédio anexo interditado. Na ocasião, a Comissão constatou que, embora houvesse anúncios de recursos e planejamento para requalificação, o acervo seguia em situação crítica, exigindo ações emergenciais mais efetivas para sua proteção;

2. Memorial da Democracia de Pernambuco – Fernando de Vasconcellos Coelho (25/03/25):
Assunto: No mesmo dia, a Comissão também inspecionou o Memorial da Democracia de Pernambuco – Fernando Vasconcellos Coelho. A fiscalização teve como foco a continuidade dos problemas enfrentados pelo equipamento, como a ausência de orçamento específico, falta de pessoal contratado e precariedade nas condições estruturais e operacionais. Apesar de ser um espaço dedicado à preservação da memória das lutas democráticas em Pernambuco, o Memorial ainda operava com apoio informal e sem garantias institucionais mínimas, revelando o descaso do Governo do Estado com a efetivação das políticas de memória, verdade e justiça;

3. Presídio Policial Penal Leonardo Largo - Complexo do Curado (10/04/25):
Assunto: Visita para monitorar as pessoas privadas de liberdade, a fim de verificar as condições de fato e de direito a que se encontram submetidas, bem como as denúncias de tratamento desumanos, degradantes, ilegais e as violações de direitos humanos;

4. Centro de Internação Provisória - CENIP (I e II) - FUNASE (14/05/25):
Assunto: Visita para monitorar os adolescente em internação provisória, a fim de verificar as condições de fato e de direito a que se encontram submetidas, identificando os tratamento desumanos, degradantes, ilegais e as violações de direitos humanos;

5. Centro de Atendimento Socioeducativo Santa Luzia - FUNASE (14/05/25):
Assunto: Visita para monitorar as adolescente privadas de liberdade, a fim de verificar as condições de fato e de direito a que se encontram submetidas, identificando os tratamento desumanos, degradantes, ilegais e as violações de direitos humanos;

6. Centro de Atendimento Socioeducativo Muribeca - FUNASE (14/04/25):
Assunto: Visita para monitorar os adolescente privados de liberdade, a fim de verificar as condições de fato e de direito a que se encontram submetidas, identificando os tratamento desumanos, degradantes, ilegais e as violações de direitos humanos;

7. Presídio Policial Penal Leonardo Largo - Complexo do Curado (27/05/25):
Assunto: Visita a Convite da Coordenação Nacional de Combate à Tortura e Graves Violações de Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, a fim de verificar as condições a que as pessoas privadas de liberdade encontram-se submetidas, identificando os tratamento desumanos, degradantes, ilegais e as violações de direitos humanos;

8. Pontal de Maracaípe, Ipojuca/PE (28/05/25):
Assunto: No dia 28 de maio de 2025, a Comissão de Direitos Humanos da ALEPE participou de reunião na Prefeitura de Ipojuca, com lideranças comunitárias do Pontal de Maracaípe, autoridades municipais e assessorias parlamentares. Foram discutidas questões como a abertura de uma servidão de acesso no Pontal e as condições de saúde das pescadoras;

9. Consulta Pública do ICMBio para Criação da Reserva Extrativista de Rio Formoso – Resex (06/05/2025):
Assunto: Consulta pública realizada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), no município de Tamandaré, com o objetivo de debater com a população local a criação da Reserva Extrativista de Rio Formoso. A iniciativa visa proteger os ecossistemas de manguezal e estuário da região, além de garantir os direitos das comunidades pesqueiras e o trabalho dos pescadores artesanais.

1.4 Produção Técnica e Institucional:

1. Portfólio com síntese das principais ações da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular da Assembleia Legislativa de Pernambuco (CCDHPP) no biênio 2023-2024. O material reúne dados sobre projetos de lei, audiências públicas, escutas populares, fiscalizações, além de destacar a atuação conjunta com outros órgãos e a produção de cartilhas educativas;

2. Relatório "A situação das políticas de Memória, Verdade e Justiça em Pernambuco – Resultados da Fiscalização do Memorial da Democracia e do Arquivo Público de Pernambuco (2023–2025)", lançado pela CCDHPP/Alepe em abril de 2025. O documento reúne análises e recomendações resultantes de três anos de fiscalizações, motivadas por denúncias sobre o risco de perda de acervos históricos e precariedade na gestão dos equipamentos públicos de memória;

3. Emissão de Nota Técnica contendo recomendação de adoção urgente de providências normativas e administrativas para a criação de ouvidorias externas autônomas e independentes, vinculadas à Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP/PE) e à Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE).

2. DESTAQUES DO PRIMEIRO SEMESTRE/2025

2.1. Atividades realizadas em parceria com o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) e com o Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP)
a. Parceria e participação no Curso "Direitos Humanos e Prevenção à Tortura em Unidades Socioeducativas" promovido pelo Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares **(**GAJOP) em atirculação com Mencanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT);
b. Visita de inspeção nas unidades socioeducativas CASE Muribeca, Case Santa Luzia, CENIP I e CENIP II de privação de liberdade selecionada, como especialista convidada pelo GAJOP e pelo MNPCT;
c. Realização da Audiência Pública "Prevenção e Combate à Tortura em Pernambuco", ocasião em que foi lançado o relatório da missão de inspeções realizada pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), em abril de 2025. Durante a audiência, foram apresentadas graves violações de direitos humanos e as condições degradantes a que estão submetidas as pessoas privadas de liberdade no estado, acompanhadas de uma série de recomendações para enfrentar essas violações.

2.2. Construção do Plano Pena Justa em Pernambuco
a. A Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular (CCDHPP) tem atuado de forma ativa e estratégica na construção do Plano Estadual Pena Justa, que visa promover mudanças estruturais no sistema de justiça penal e prisional de Pernambuco. Alinhado às diretrizes do Plano Nacional, o documento estadual estabelece como principais objetivos a redução da superlotação carcerária, o enfrentamento ao racismo institucional, a qualificação das condições físicas e operacionais das unidades prisionais e a garantia dos direitos fundamentais das pessoas privadas de liberdade;
b. A participação da Comissão nesse processo reforça seu papel institucional na promoção dos direitos humanos e no enfrentamento aos tratamentos cruéis, desumanos e degradantes. Por meio da articulação com órgãos do poder público, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, a CCDHPP vem contribuindo para a formulação de políticas públicas mais justas, eficazes e comprometidas com a dignidade da pessoa humana e com a superação das desigualdades que marcam o sistema prisional pernambucano.

2.3. Lançamento do Relatório "A Situação das Políticas de Memória, Verdade e Justiça no Estado de Pernambuco"
a. No dia 01 de abril de 2025, data que marca os 61 anos do golpe que deu início à Ditadura Civil-Militar no Brasil, a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (CCDHPP/Alepe), sob a presidência da Deputada Dani Portela, lançou o relatório intitulado "A situação das políticas de Memória, Verdade e Justiça em Pernambuco – Resultados da Fiscalização do Memorial da Democracia e do Arquivo Público de Pernambuco (Período de abril de 2023 a abril de 2025)";
b. Ao longo de três anos, a referida Comissão acompanhou as políticas públicas com o objetivo de contribuir para o regular funcionamento de equipamentos como o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano e o Memorial da Democracia – Fernando Vasconcellos Coelho;
c. O relatório foi produzido após o recebimento de denúncias a respeito do risco iminente de danificação permanente do acervo histórico sob posse do Arquivo Público Estadual, e do funcionamento precário do Memorial da Democracia de Pernambuco.

2.4. Série de cartilhas ''Educando para os Direitos Humanos'' é premiada nacionalmente

a. As cartilhas didáticas produzidas pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDHPP) da Alepe em conjunto com a Escola do Legislativo de Pernambuco (Elepe) levaram o segundo lugar no Prêmio Abel 2025 na categoria Publicações. A série "Educando para os direitos Humanos" é composta pelos pelos títulos: "Direitos Humanos na vida da gente", "Direitos da População LGBTQIA+" e "Combater o Racismo é tarefa de todas as pessoas" e estão disponíveis online no site da Assembleia Legislativa de Pernambuco;
b. O material teve a coordenação editorial de Mônica Oliveira e foi criado para facilitar o acesso das pessoas a conceitos primordiais para promoção dos direitos humanos. O Prêmio Abel reconhece os melhores projetos em educação legislativa de todo o país em suas diversas modalidades. O objetivo é incentivar iniciativas que impactem positivamente a sociedade e fortaleçam a democracia. Ao todo, 57 projetos foram submetidos por escolas de todo o país, concorrendo em cinco categorias que reconhecem iniciativas inovadoras em Educação Cidadã desenvolvidas no âmbito legislativo e de contas.

3. RESUMO DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS DA CCDHPP DO PRIMEIRO SEMESTRE/2025

Atividades	Total
Projetos Recebidos para Análise	314
Projetos Aprovados	150
Projetos Rejeitados	0
Reuniões Ordinárias	06
Audiências Públicas	05
Visitas Técnicas	09
Produção Técnica e Institucional	03

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

DEPUTADO MÁRIO RICARDO - PRESIDENTE
DEPUTADO CAYO ALBINO - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:DEPUTADO ABIMAEL SANTOS
DEPUTADO HENRIQUE QUEIROZ FILHO
DEPUTADO ROMERO SALES FILHO

SUPLENTES:DEPUTADO DIOGO MORAES
DEPUTADO EDSON VIEIRA
DEPUTADO FRANCE HACKER
DEPUTADO JEFERSON TIMÓTEO
DEPUTADO JOÃO PAULO COSTA

11. Reuniões: 08

1.3 Reuniões Extraordinárias: 02
Instalação da Comissão e eleição para presidente e vice-presidente para o biênio 2025-2026;
1.4 Reuniões Ordinárias: 06
Distribuição e Discussão de Projetos

12. Audiências Públicas: 04

2.1 Tema: "Fiscalização dos transportes intermunicipais pela EPTI no estado de Pernambuco".
02/04/2025, no Auditório Ênio Guerra - Anexo 1 da Alepe
O principal objetivo da audiência pública foi debater e reformar a fiscalização do transporte intermunicipal realizada pela EPTI em Pernambuco - especialmente no segmento de turismo. A intenção era abordar os problemas enfrentados por pequenos empresários e transportadores - como multas elevadas, fiscalizações arbitrárias, duplicidade de exigências e buscar soluções legislativas e administrativas para tornar a fiscalização mais justa, educativa e condizente com a realidade do setor.

Demandas e Encaminhamentos:

- Criação de grupo de trabalho com a participação dos Deputados Abimael Santos, Cayo Albino e Romero Sales Filho para revisão da Lei Estadual nº 16.205/2017;
- Participação de representantes dos transportadores na formulação da nova legislação;
- Solicitação para que as fiscalizações durante o processo de revisão sejam de caráter educativo e não punitivo, conforme asseverado pelo Secretário Diogo Bezerra;
- Realização de estudo das medidas administrativas (decretos e portarias) para atenuar impactos enquanto a lei não for alterada;
- Solicitação para que a categoria organize uma comissão legítima para diálogo com a ALEPE;
- Compromisso da Assembleia em cobrar ações concretas do Executivo e reconhecer transportadores como contribuintes essenciais, especialmente pós-pandemia.

2.2 Tema: "Discussão de Projetos de Lei Ordinária com impactos sobre os setores de shoppings centers, supermercados, hipermercados e mercados" - Audiência Pública conjunta com a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.
08/04/2025, no Auditório Senador Sérgio Guerra na Alepe.
O principal objetivo da audiência pública realizada pela Assembleia Legislativa de Pernambuco foi discutir os impactos de diversos projetos de lei sobre os setores de shoppings centers, supermercados, hipermercados e mercados. A reunião buscou ouvir as preocupações e sugestões dos representantes desses segmentos em relação às propostas legislativas em tramitação.

Demandas e Encaminhamentos:

- Os representantes dos setores afetados apresentarão minutas ou notas técnicas com o objetivo de aprimorar os projetos de lei em discussão, para que atendam às necessidades da população sem prejudicar o setor produtivo;
- Solicitação para que seja feita a diferenciação conforme o porte dos estabelecimentos comerciais, reconhecendo que pequenas, médias e grandes empresas possuem capacidades e recursos distintos para implementar as exigências propostas;
- Reavaliação de projetos com impacto significativo e realização de possíveis ajustes;
- Foi enfatizada a importância do diálogo contínuo entre o Legislativo e os representantes dos setores afetados para garantir que as legislações propostas sejam eficazes e viáveis para todos os envolvidos.

2.3 Tema: "Greve dos auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil e seus impactos socioeconômicos".
14/04/2025, no Auditório Senador Sérgio Guerra Guerra na Alepe.
O principal objetivo da audiência foi expor os prejuízos decorrentes da paralisação e mobilizar parlamentares da bancada federal de Pernambuco para pressionar o governo federal pela resolução dos pleitos da categoria.

Demandas e Encaminhamentos:

- Foi solicitado que a Assembleia Legislativa de Pernambuco enviasse uma moção de apoio à categoria, endereçada ao presidente da República e aos ministros da Fazenda e da Gestão;
- Os participantes destacaram a necessidade urgente de retomar as negociações com o governo federal para resolver o impasse e evitar maiores prejuízos à economia e à sociedade.

2.4 Tema: "Aquisição e Distribuição de Medicamentos pela Farmácia do Estado para a População Neurodivergente" - Audiência Pública conjunta com a Comissão em Defesa da Pessoa com Deficiência e com a Comissão de Saúde e Assistência Social.
11/06/2025, no Auditório Senador Sérgio Guerra na Alepe.

O principal objetivo da audiência pública foi debater a aquisição e distribuição de medicamentos pela Farmácia do Estado destinados à população neurodivergente, diante de uma grave crise de desabastecimento que perdura desde julho de 2024. A finalidade central da audiência foi dar visibilidade a essa situação crítica para buscar soluções emergenciais e assegurar o direito à saúde para pessoas com necessidades específicas e garantir o acesso justo e contínuo aos medicamentos essenciais, não como favor, mas como um direito garantido constitucionalmente.

Demandas e Encaminhamentos:

- Cobrança de intervenções administrativas e governamentais;
- Adoção de soluções emergenciais para contornar o desabastecimento com a implantação de estratégias urgentes, como o programa de entrega domiciliar ("Remédio em Casa") para garantir o acesso das famílias afetadas;
- Fortalecimento da gestão estadual na logística de distribuição, devido à necessidade de aprimorar a capacidade operacional do Estado, realocando medicamentos junto às unidades regionais e evitando o deslocamento de pacientes a centros metropolitanos,
- Realização de reuniões e audiências complementares;
- Ampliação de diálogo com o Governo Estadual para monitorar e cobrar providências.

3. Grupo de trabalho

Grupo de trabalho formado na Comissãode Desenvolvimento Econômico e Turismo pelos Deputados Abimael Santos, Cayo Albino e Romero Sales Filho, com a missão de revisar a Lei Estadual nº 16.205/2017, que regulamenta o serviço de fretamento intermunicipal e institui a EPTI. O grupo conta com a participação de representantes da categoria na construção da nova proposta, fortalecendo o caráter participativo e democrático do processo legislativo.

4. Projetos destacados discutidos e aprovados pela Comissão no período:

4.1 PLO N° 2208/2024, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo - Ementa: Altera a Lei nº 18.214, de 3 de julho 2023, que institui a Política Estadual de Apoio à Mulher Empreendedora, a fim de incluir medidas relacionadas com o estímulo ao empreendedorismo das mães atípicas.
O projeto visa incentivar o empreendedorismo e a formalização como MEI para mulheres que muitas vezes não conseguem se inserir no mercado de trabalho tradicional devido às demandas do cuidado. A medida oferece alternativas reais de autonomia financeira a esse grupo ao adaptar a Política Estadual de Apoio à Mulher Empreendedora para suas realidades específicas. O incentivo à participação em feiras, eventos e redes de empreendedorismo cria espaços de troca, colaboração e visibilidade, fortalecendo laços comunitários e oportunidades de negócio;

4.2 PLO 2295/2024, de autoria da Deputada Débora Almeida - Ementa: Altera a Lei nº 13.376, de 20 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o processo de Produção Artesanal dos produtos lácteos produzidos ou beneficiados em Pernambuco.
O objetivo principal do projeto é reconhecer e regulamentar a produção do queijo autoral artesanal em Pernambuco, incentivando a inovação na queijaria, valorizando práticas regionais e garantindo qualidade, segurança sanitária e desenvolvimento econômico local. Ao reconhecer e regulamentar o queijo autoral artesanal, o projeto fortalece a identidade cultural e gastronômica de Pernambuco, valorizando saberes tradicionais e práticas regionais. A formalização da atividade permite o acesso a linhas de crédito, políticas públicas e canais de comercialização, o que pode gerar mais empregos e circulação de renda nas zonas rurais, especialmente no Agreste e no Sertão;

4.3 PLO 2657/2025, de autoria do Deputado Júnior Matuto - Ementa: Institui a Política Estadual de Turismo Gastronômico, com o objetivo de valorizar e promover a gastronomia pernambucana como patrimônio cultural, impulsionando o turismo, a cultura e a economia do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.
O principal objetivo do projeto original é valorizar e promover a gastronomia local como patrimônio cultural, estimulando o desenvolvimento turístico, cultural e econômico do estado;

4.4 PLO 2687/2025, de autoria do Deputado Antonio Coelho - Ementa: Dispõe sobre a criação da Rota do Café Pernambucano.
A "Rota do Café Pernambucano" é formada pelas cidades de Taquaritinga do Norte, Garanhuns, Brejão, Triunfo e São João - com o intuito de incentivar o desenvolvimento social e econômico desses municípios por meio do turismo rural, assim como estimular a comercialização do café produzido nessa região;

4.5 PLO 2710/2025, de autoria do Deputado Mário Ricardo - Ementa: Institui a Política Estadual do Pequeno Empreendedor de Pernambuco, visando fortalecer, fomentar e apoiar o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios, e dá outras providências.
O projeto é voltado ao **fomento do empreendedorismo de base local**, ao propor políticas de apoio, capacitação e crédito para pequenos empreendedores. A referida política terá como objetivo fomentar, fortalecer e apoiar o desenvolvimento sustentável e a competitividade dos pequenos negócios. Seu impacto pode ser estruturante para **micro e pequenos negócios** urbanos e rurais, ampliando a formalização e a sustentabilidade econômica de iniciativas autônomas;

4.6 PLO 2814/2025, de autoria do Deputado Mário Ricardo - Ementa: Institui o Município de Igarassu como Área Especial de Interesse Turístico no Estado de Pernambuco e dá outras providências.
O projeto reconhece Igarassu como polo turístico prioritário e tem a finalidade de fomentar o turismo sustentável e impulsionar o desenvolvimento econômico, cultural, social e ambiental da região, valorizando seu patrimônio histórico, religioso, ambiental e gastronômico;

4.7 PLO 2815/2025, de autoria do Deputado Mário Ricardo - Ementa: Institui o Município de Igarassu como Área Especial de Interesse Turístico no Estado de Pernambuco e dá outras providências.
O reconhecimento da Ilha de Itamaracá como área especial possibilita investimentos prioritários em infraestrutura, segurança e promoção turística. O projeto tem o objetivo fomentar o turismo sustentável e o desenvolvimento econômico, cultural, social e ambiental da região de Itamaracá, valorizando seus atrativos históricos e naturais;

5. Quadro Resumo de Atividades Legislativas da CDET - 1º Semestre de 2025

Atividades	Total
Reuniões Ordinárias	06
Audiências Públicas	04
Grupo de Trabalho	01
Total de Projetos Recebidos para Análise	95
• Projeto de origem do Poder Legislativo	95
• Projeto de origem do Poder Executivo	-
• Projeto de Lei Ordinária	95
• Projeto de Lei Complementar	-
Total de Projetos Distribuídos	95
Total de Proposições Aprovados	63
• Projeto de Lei Ordinária	08
• Substitutivos	50
• Emendas	05
Proposições Retiradas de Pauta	08
Projetos Rejeitados	-

COMISSÃO DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS

DEPUTADO JARBAS FILHO - PRESIDENTE
DEPUTADO DORIEL BARROS - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:DEPUTADO RODRIGO FARIAS
DEPUTADO MÁRIO RICARDO
DEPUTADO WANDERSON FLORÊNCIO

SUPLENTES:DEPUTADO CORONEL ALBERTO FEITOSA
DEPUTADO EDSON VIEIRA
DEPUTADO GUSTAVO GOUVEIA
DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO
DEPUTADO ROMERO SALES FILHO

1. Reuniões: 03

1.1. Reuniões Extraordinárias: 02

- **17 de fevereiro de 2025** - Reunião Extraordinária de instalação da Comissão de Assuntos internacionais, convocada pelo Deputado Rodrigo Farias e presidida pelo deputado Jarbas Filho, com a presença dos deputados Doriel Barros e Wanderson Florêncio;

- **18 de fevereiro de 2025 -** Reunião para eleição de Presidente e vice-presidente da comissão e para eleição da comissão de avaliação responsável pela escolha do(s) país(es) vencedor9es) do Prêmio Pais Amigo de Pernambuco. Eleitos como presidente e vice-presidente os deputados Jarbas filho e Doriel Barros, respectivamente. A Comissão de Avaliação de escolha do prêmio País amigo de Pernambuco que resultou eleita é composta dos Deputados Jarbas Filho, Doriel Barros e Wanderson Florêncio.

1.2. Reunião Ordinária: 01

- **09 de abril de 2025 - Distribuição e discussão de projetos e Substitutivos:**

Distribuição - Foram distribuídos para relatoria os seguintes projetos:

Projeto de Lei Ordinária n° 2095/2024 que institui o Programa de Desenvolvimento do Setor Automotivo do Estado de Pernambuco com a finalidade de garantir a melhor execução do incentivo fiscal, de autoria do Deputado João Paulo Costa.
Relator: Deputado Wanderson Florêncio

Projeto de Resolução n° 2606/2025 que concede o Prêmio Internacional País Amigo de Pernambuco à Confederação Suíça, de autoria do Deputado Nino de Enoque.
Relator: Deputado Jarbas Filho

Projeto de Resolução n° 2738/2025 que concede o Prêmio Internacional País Amigo de Pernambuco à República de Cabo Verde, de autoria do Deputado Doriel Barros.
Relator: Deputado Wanderson Florêncio

Distribuição do Projeto de Resolução n° 2739/2025 que concede o Prêmio Internacional País Amigo de Pernambuco à França, de autoria do Deputado João Paulo.
Relator: Deputado Doriel Barros

Extrapauta:

Distribuição do Projeto de Lei Ordinária n° 2768/2025, que altera a lei n°14.152 de 07 de dezembro de 2011, que cria o projeto Ganhe o Mundo que visa ofertar programas de intercâmbio internacional aos alunos do Ensino Médio da Rede Pública estadual, define critérios para a seleção dos estudantes, dos programas e cria a bolsa-intercâmbio, a fim de indicar prazo máximo para realização da viagem de intercâmbio, de autoria do Deputado Álvaro Porto.
Relator: Deputado Wanderson Florêncio

Discussão: Foram discutidos os seguintes projetos

Discussão do Substitutivo n° 01/2024, de autoria da Comissão
de Administração Pública, ao **Projeto de Lei Ordinária N° 1553/2024**, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo.
Relator: Deputado Doriel Barros
Resultado: Aprovado

Discussão do Substitutivo n° 01/2024, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, aos **Projetos de Lei Ordinária n° 846/2023**, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, e **n° 1437/2023,** de autoria da Deputada Socorro Pimentel.
Relator: Deputado Wanderson Florêncio
Resultado: Aprovado

2. Viagem Internacional a Mendonza, na Argentina, dos deputados Jarbas Filho e Doriel Barros, no período de 28 de março a 01 de abril com o objetivo de participarem da Missão Mendonza, com o intuito de dar prosseguimento as ações da Frente Parlamentar em Defesa da Vitivinicultura e do Enoturismo do Estado de Pernambuco, coordenada pelo Dep. Jarbas Filho, presidente da CAI;

3. Visitas consulares efetuadas e recebidas: 04
Visitas realizadas a consulados em Recife e recebidas na Presidência da Alepe;

4. Participação e convites recebidos em eventos consulares: 10
Eventos relativos a comemoração de datas nacionais e presença de autoridades de diversos países em Recife;

5. Requerimento de votos de congratulações por datas nacionais, posses e eventos de países com consulado em Recife: 10;

6. Requerimento para realização de reuniões solenes no segundo semestre: 02;

7. Quadro de Atividades Legislativas e Consulares Cai 1º Semestre de 2025

Atividades Legislativas	**Total**
Reuniões Extraordinárias	02
Reunião Ordinária	01
Participação e apoio a Frente Parlamentar em Defesa da Vitivinicultura e do Enoturismo do Estado de Pernambuco	01
Total de Projetos em Análise Ordem do Poder Legislativo	09
• De 2023 e 2024	05
• De 2025	04
• Projetos de Lei Ordinária	06
• Projetos de Resolução	03
Total de Projetos Distribuídos	09
Total proposições Aprovadas	03
Substitutivos que se referem a 03 PLOs	02
Projeto de Lei Ordinária	03
Total de Proposições Aguardando CCLJ	02
Projetos aguardando escolha do Prêmio PAPE 2025	03
Projeto retirado da CAI	01
Atividades consulares	
Requerimentos Datas Internacionais e Solenes	12
Visitas Consulares realizadas e/ou recebidas	04
Eventos apoiados e divulgados	10
Visitas Técnicas Internacionais (Argentina)	01

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

DEPUTADA DELEGADA GLEIDE ÂNGELO - PRESIDENTE
DEPUTADA DANI PORTELA - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:DEPUTADA DÉBORA ALMEIDA
DEPUTADA ROSA AMORIM
DEPUTADA SOCORRO PIMENTEL

SUPLENTES:DEPUTADO GILMAR JÚNIOR
DEPUTADO JOEL DA HARPA
DEPUTADA ROBERTA ARRAES
DEPUTADA SIMONE SANTANA
DEPUTADO WALDEMAR BORGES

DESTAQUES DO SEMESTRE

- Reuniões Extraordinárias: 02
- Reuniões Ordinárias: 02
- Audiência Pública: 02
- Prêmio Prefeitura Amiga das Mulheres: 01

REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS

- **17/02/2025:** Reunião de Instalação da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para o biênio 2025-2026

- **18/02/2025:** Reunião de Eleição da Presidente e Vice-Presidente para o biênio 2025-2026

REUNIÕES ORDINÁRIAS

- **25/03/2025:** 1° Reunião Ordinária com 15 projetos distribuídos e 16 projetos discutidos
- **10/12/2025:** 2° Reunião Ordinária com 50 projetos distribuídos e 18 projetos discutidos

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS

Expedientes da CDDM	**Quantitativo**
Reunião Ordinária	02
Reunião Diversa (Comissão Avaliadora do PAM)	01
Reunião Extraordinária	02
Audiência Pública	02
Sessão Solene	01
Análises de Proposições	**Quantitativo**
Projetos Recebidos	70
Projetos Distribuídos	70
Projetos Discutidos	34
Projetos Aprovados	33
Em tramitação	63
Retirados de Pauta	01

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

DEPUTADO JOEL DA HARPA - PRESIDENTE
DEPUTADA DELEGADA GLEIDE ÂNGELO - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:DEPUTADO ANTONIO MORAES
DEPUTADO FABRIZIO FERRAZ
DEPUTADO JUNIOR MATUTO

SUPLENTES:DEPUTADO ADALTO SANTOS
DEPUTADO CORONEL ALBERTO FEITOSA
DEPUTADO JOÃO PAULO
DEPUTADO MÁRIO RICARDO
DEPUTADO ROMERO SALES FILHO

1. REUNIÕES

No primeiro semestre de 2025, a Comissão de Segurança Pública e Defesa Social realizou 2 reuniões extraordinárias, 4 reuniões ordinárias, 3 audiências públicas e 1 escuta.

Reuniões	**Total**
Reunião de Instalação e Eleição de Presidente e Vice-Presidente	2
Reuniões Ordinárias	4
Audiências Públicas	3
Escuta	1

2. PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS

Durante o primeiro semestre de 2025, a Comissão de Segurança Pública e Defesa Social recebeu 112 proposições legislativas, sendo um total de **106 distribuídas**. Além disso, foram **discutidas 34 proposições**, conforme os quadros detalhados abaixo:

PROPOSIÇÕES DISTRIBUÍDAS	**Total**
Propostas de Emenda à Constituição	2
Projetos de Lei Complementar	1
Projetos de Lei Ordinária	103
Projetos de Resolução	0
Projetos de Decreto Legislativo	0
Emendas	0
Subemendas	0

PROPOSIÇÕE DISCUTIDAS	**Total**
Propostas de Emenda à Constituição	0
Projetos de Lei Complementar	0
Projetos de Lei Ordinária	8
Projetos de Resolução	0
Projetos de Decreto Legislativo	0
Emendas	3
Subemendas	0
Substitutivos	23

2.1 Proposições de destaque

No primeiro semestre de 2025, a Comissão de Segurança Pública e Defesa Social discutiu relevantes proposições acerca da segurança pública no Estado, com a finalidade de ampliar a proteção à população e também fortalecer as já existentes instituições policiais. Entre as proposições aprovadas no período, destacam-se:

- **Projeto de Lei Ordinária nº 3007/2025, de autoria da Governadora do Estado** (Ementa: Extingue e cria Organizações Militares Estaduais - OME, na Polícia Militar do Estado de Pernambuco e altera as legislações que indica.):

O projeto fortalece a estrutura organizacional da PMPE e amplia a eficiência operacional nas áreas de meio ambiente, turismo e segurança pública, bem como reforça a valorização dos profissionais por meio de atualização das gratificações e redefinição do efetivo.

- **Projeto de Lei Complementar nº 2831/2025, de autoria da Governadora do Estado** (Ementa: Altera a Lei nº 9.807, de 24 de janeiro de 1986, que dispõe sobre a aposentadoria do funcionário policial civil, e a Lei nº 13.487, de 1° de julho de 2008, que cria as gratificações que indica, no âmbito da Secretaria de Defesa Social.):

O projeto garante o direito à aposentadoria voluntária com proventos integrais e paridade aos servidores ocupantes de cargos efetivos de natureza policial civil, bem como aos policiais penais, desde que tenham ingressado na carreira até 31 de março de 2020.

- **Substitutivo n° 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 2594/2025, de autoria do Deputado Aglailson Victor** (Ementa: Institui a Política Estadual de Incentivo à Modernização Tecnológica da Segurança Pública no Estado de Pernambuco):

A iniciativa busca aprimorar as ações de prevenção e repressão ao crime, por meio da incorporação de tecnologias avançadas e da integração dos sistemas entre os órgãos de segurança pública.

- **Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1790/2024, de autoria do Deputado Joel da Harpa** (Ementa: Cria o Relatório de Vitimização de Agentes de Segurança Pública do Estado de Pernambuco.):

O projeto versa sobre a criação de relatório que representará um mecanismo oficial de monitoramento dos casos de vitimização dos profissionais da segurança pública, sendo ainda responsável por identificar padrões e causas, além de propor medidas de prevenção.

- **Substitutivo n° 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 823/2023, de autoria do Deputado Eriberto Filho** (Ementa: Altera a Lei nº 15.232, de 27 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre normas de prevenção e proteção contra incêndio, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Everaldo Cabral, a fim de dispor sobre Brigadas de Incêndio e Primeiros Socorros nas escolas do Estado de Pernambuco.):
O objetivo do projeto de lei é reduzir incidentes fatais ou de grande impacto nas escolas por meio de Brigadas de Incêndio que, além de proteger alunos e funcionários, podem transformar a comunidade escolar em um espaço mais preparado para situações de crise, o que impacta positivamente na segurança da sociedade.

- **Substitutivo n° 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, aos Projetos de Lei Ordinária nº 218/2023 e nº 444/2023, de autoria das Deputadas Delegada Gleide Ângelo e Dani Portela, respectivamente** (Ementa: Dispõe sobre a criação do Relatório Anual sobre mulheres vítimas de violência no âmbito do Estado de Pernambuco.):

O projeto visa assegurar a produção sistemática de dados atualizados e confiáveis sobre agressões físicas, psicológicas, sexuais e feminicídios como estratégia essencial para o planejamento de ações integradas de prevenção, repressão e assistência às vítimas. A criação do relatório contribui para o fortalecimento da inteligência policial e da gestão de segurança pública baseada em evidências.

3. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E ESCUTAS
Ao longo do primeiro semestre de 2025 foram realizadas **3 audiências públicas e 1 escuta**, com a finalidade de aproximar a sociedade civil do parlamento, proporcionando um espaço de discussões acerca da segurança pública no Estado.
- **ESCUTA**
Tema: Paridade da aposentadoria dos policiais civis, após Manifestação Jurídica nº 56379972.2024, da Diretoria de Apoio Jurídico-Previdenciário da Funape.
Data: 9 de abril de 2025
Local: Auditório Senador Sérgio Guerra (Alepe)
Solicitante: Deputado Joel da Harpa

A referida escuta contou com a presença dos representantes do Sindicato dos Policiais Civis de Pernambuco (Sinpol), da Associação dos Delegados de Polícia do Estado de Pernambuco (Adeppe), do procurador-chefe adjunto de Apoio Jurídico e Legislativo ao Governo, Marcelo Casseb, e deputados estaduais, para esclarecimentos acerca da paridade da aposentadoria dos policiais civis. Como encaminhamento, o presidente da Comissão de Segurança Pública e Defesa Social anunciou a apresentação da PEC 26/2025 com o objetivo de garantir a paridade da aposentadoria dos policiais civis. Em seguida, o Governo do Estado se comprometeu a atender o pleito da categoria e encaminhar ao Legislativo projeto de lei complementar sobre o tema, que resultou na Lei Complementar nº 558/2025.

- **AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Tema: Sistema Prisional de Pernambuco: desafios e soluções.
Data: 20 de maio de 2025
Local: Auditório Senador Sérgio Guerra (Alepe)
Solicitante: Deputado Joel da Harpa

A audiência pública reuniu deputados estaduais, representantes do Sindicato dos Policiais Penais de Pernambuco, Ministério Público de Pernambuco e Secretaria de Administração para debater a superlotação do sistema prisional do Estado, bem como o déficit de policiais penais e unidades prisionais, além de denúncias quanto à existência de "chaveiros" e cantinas nos presídios. Como encaminhamento da audiência, foi anunciado pelo presidente da Comissão a apresentação de projeto de lei que determina a extinção de cantinas e da atividade de chaveiros nas unidades prisionais do Estado (Projeto de Lei Ordinária nº 3038/2025).

- **AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA COM A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA (CCLJ)**

Tema: Discussão dos Projetos de Lei nº 1319/23, 2508/25, 2510/25, 2514/25 e 2539/25, que dispõem sobre medidas de segurança de combate à violência em eventos esportivos no âmbito do Estado de Pernambuco.
Data: 27 de maio de 2025
Local: Auditório Senador Sérgio Guerra (Alepe)
Solicitantes: Deputado Coronel Alberto Feitosa e Deputado Joel da Harpa

A audiência pública contou com a presença de representantes do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Federação Pernambucana de Futebol (FPF), Secretaria de Defesa Social (SDS), clubes de futebol e torcidas organizadas com a finalidade de debater projetos de lei em tramitação na Alepe acerca da violência nos eventos esportivos do Estado. A proposta da audiência é elaborar um substitutivo aos projetos de lei unificando as normas para garantir a segurança da população nos estádios com medidas como o cadastro de torcedores e a punição individual daqueles que promoverem atos criminosos.

- **AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Tema: Implementação da Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares; descontos de aposentadoria dos militares inativos e regras de aposentadoria de policiais militares femininas.
Data: 30 de junho de 2025
Local: Auditório Senador Sérgio Guerra (Alepe)
Solicitante: Deputado Joel da Harpa

A audiência pública reuniu deputados federais, representantes de categorias de policiais militares, bombeiros e policiais civis, além de representante da OAB/PE, para discutir a aplicação e regulamentação da Lei Orgânica dos Policiais e Bombeiros Militares no âmbito do Estado de Pernambuco, descontos de aposentadoria dos militares inativos e regras de aposentadoria de policiais militares femininas. Como encaminhamento da reunião, o presidente Deputado Joel da Harpa informou que será enviado ao Governo do Estado documento com as seguintes solicitações:

- Regulamentação da Lei Orgânica das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares;
- Edição de norma legislativa que volte a restringir o pagamento da contribuição previdenciária dos policiais militares inativos apenas sobre o excedente do teto do Regime Geral de Previdência Social;
- Edição de norma que reduza o tempo de serviço atual de 35 anos para a aposentadoria das policiais militares femininas.

4. QUADRO RESUMO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS DA CSPDS - 2025.1

Atividades	Total
Proposições Recebidas	112
Proposições Distribuídas	106
Proposições Discutidas	34
Reuniões Ordinárias	4
Reuniões Extraordinárias	2
Audiências Públicas	3
Escutas	1
Projeto de Resolução	1
PECs	1
Total	85

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

DEPUTADO JOÃO PAULO COSTA - PRESIDENTE
DEPUTADO RODRIGO FARIAS - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:DEPUTADO PASTOR JÚNIOR TÉRCIO
DEPUTADO RENATO ANTUNES
DEPUTADO WILLIAM BRIGIDO

SUPLENTES:DEPUTADO GILMAR JÚNIOR
DEPUTADO JOEL DA HARPA
DEPUTADO ROMERO SALES FILHO
DEPUTADO SILENO GUEDES
DEPUTADO WANDERSON FLORÊNCIO

Quadro Resumo de Atividades Legislativas da CDC - 1º Semestre de 2025

Atividades	Total
Reuniões Ordinárias e Extraordinárias	05
Total de Projetos Recebidos para Análise	71
• Projeto de origem do Poder Legislativo	71
• Total de Projetos Distribuídos	65
• Total de Proposições Aprovados	08
• Projeto de Lei Ordinária aguardando CDC	01

1. Reuniões: 05

1.1 Reuniões Extraordinárias: 02
Instalação da Comissão e eleição para presidente e vice-presidente para o biênio 2025-2026.

1.2 Reuniões Ordinárias: 03
Distribuição e Discussão de Projetos.

COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL

DEPUTADO DIOGO MORAES - PRESIDENTE
DEPUTADO GILMAR JÚNIOR - VICE-PRESIDENTE

TITULARES:DEPUTADO JOÃO PAULO COSTA
DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO
DEPUTADO RODRIGO FARIAS

SUPLENTES:DEPUTADO ANTONIO MORAES
DEPUTADO CAYO ALBINO
DEPUTADO JOÃO DE NADEGI
DEPUTADO LUCIANO DUQUE
DEPUTADO WALDEMAR BORGES

Atividades	Total
Projetos de Leis Ordinárias	72
Projetos de Leis Ordinárias Desarquivados	2
Projetos de Leis Complementares	9

Portarias

PORTARIA Nº 152/2025

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000622/2025, **do Gabinete do Deputado João de Nadegi**,
RESOLVE: alterar gratificações de representação daquele Gabinete Parlamentar, conforme planilha abaixo, a partir do dia 03 de Julho de 2025, nos termos da Lei nº 10.568/91, com as alterações que lhe foram dadas pelas Leis nºs 11.614/98, 11.758/00, 12.347/03, 15.571/15, 17.541/21, 18.150/2023 e 18.355, de 23 de outubro de 2023.

NOME	CARGO/SÍMBOLO	GRAT. ANTERIOR	NOVA GRAT.
MARCIA GONÇALVES GUERRA	ASSESSOR ESPECIAL - PL-ASC	100.0%	50.0%
JOSENICE GOES MAIA	ASSESSOR ESPECIAL - PL-ASC	15.0%	65.0%

Sala Torres Galvão, 02 de Julho de 2025

Deputado Francismar Pontes
Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 323/2025

O SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, conforme Portaria nº 348/18, do Primeiro Secretário, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 007653/2025,
RESOLVE: designar a servidora **MARIA EUNICE GOMES ARAUJO COSTA**, matrícula n° 255, Gerente de Assistência ao Plenário e às Comissões, para responder cumulativamente pela função gratificada de Chefe de Expediente, da estrutura da Secretaria Geral da Mesa Diretora, no impedimento da titular, **ANIETE RODRIGUES DE SOUZA DANTAS**, matrícula n° 42165, durante o gozo de suas férias regulamentares, no período de 01 a 30 de julho de 2025, referente ao exercício de 2024.

Sala Austro Costa,02 de julho de 2025.

ALDEMAR SANTOS
Superintendente Geral

Licitações e Contratos

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 028/2025. Processo Administrativo nº 2687/2025 **-** Processo Licitatório nº 006/2025 - Pregão Eletrônico nº 006/2025. **Objeto:** Prestação de serviços de assistência operacional à atividade meio, objetivando a consecução de condições apropriadas para atender às demandas da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Contratada: ADSERV EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA**.** CNPJ: 08.362.490/0001-88. Valor Total da Contratação: R$ 203.083.758,48. Vigência: 01/07/2025 à 30/06/2027. Recife/PE, 01/07/2025. Deputado Álvaro Porto de Barros – Presidente da ALEPE e Francismar Mendes Pontes – Primeiro Secretário.

PORTARIA Nº 114 - CT, DE 30 DE JUNHO DE 2025

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o Alepe Trâmite nº 7586/2025, criado pela Comissão de Licitação.

RESOLVE:

Designar o servidor MAURO LÚCIO NASCIMENTO, Matrícula nº 551, como Gestor do Contrato nº 023/2025, e o servidor RAERO JORNADA MONTEIRO, Matrícula nº 549, como Fiscal do referido Contrato, firmado entre este Poder e a empresa KOKUSAI DENKI ELECTRIC LINEAR S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 19.690.445/0001-79, cujo objeto é o fornecimento de sistema de transmissão de televisão digital para as emissoras da rede legislativa de televisão digital em Recife/PE, incluindo instalação, ativação, testes e treinamento, com garantia de funcionamento de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, com efeitos a contar do dia 26 de junho de 2025, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

Em, 30 de junho de 2025.

Deputado FRANCISMAR PONTES
Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 115 - CT, DE 30 DE JUNHO DE 2025

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o Alepe Trâmite nº 7588/2025, criado pela Comissão de Licitação.

RESOLVE:

Designar o servidor **JOSÉ HUMBERTO DE MOURA CAVALCANTI FILHO,** Matrícula nº 60.469, como Gestor do Contrato nº 027/2025, e o servidor **MARCONDES DE SOUZA VIEIRA,** Matrícula nº 42.299, como Fiscal do referido Contrato, firmado entre este Poder e a empresa INSTITUTO EUVALDO LODI NUCLEO REGIONAL DE PERNAMBUCO (IEL/PE), inscrita no CNPJ sob o nº 11.000.361/0001-54, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de agente de integração para operacionalização de programa de estágio da Assembleia do Estado de Pernambuco - ALEPE, com efeitos a contar do dia 26 de junho de 2025, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

Em, 30 de junho de 2025.

Deputado FRANCISMAR PONTES
Primeiro Secretário

FOLHEIE O DIÁRIO OFICIAL
COM APENAS ALGUNS CLIQUES

Agora, você pode acompanhar, na íntegra, a versão digital do Diário Oficial do Estado. A Assembleia Legislativa de Pernambuco disponibiliza, em seu site, o flip do jornal.

CLIQUE E CONFIRA

ALEPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

assembleiape | www.alepe.pe.gov.br | tv Alepe 10.2 CAPITAL 22.3 CARUARU 9.2 INTERIOR